

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Edglênia Lopes do Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA:
Segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo
Horizonte

Belo Horizonte

2022

Edglênia Lopes do Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA:

Segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo Horizonte

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – VI CEAPPGG da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Orientadora: **Renata Aparecida de Souza Seidl**

Belo Horizonte

2022

Edglênia Lopes do Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA:

Segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo Horizonte

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – VI CEAPPGG da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Aprovada na Banca Examinadora

Belo Horizonte, 2022

N244p Nascimento, Edglênia Lopes do.
Políticas públicas e agricultura urbana [manuscrito] : segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo Horizonte / Edglênia Lopes do Nascimento. – 2022.
[8], 71 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientadora: Renata Aparecida de Souza Seidl

Bibliografia: f. 67-71

1. Agricultura Urbana – População – Negros – Belo Horizonte (MG). 2. Segurança alimentar – Políticas Públicas – Belo Horizonte (MG). 3. Ecologia agrícola – População urbana – Negros – Belo Horizonte (MG). I. Seidl, Renata Aparecida de Souza. II. Título.

CDU 631:711(815.11)

RESUMO

Esta pesquisa pretende compreender as estratégias de ocupação territorial e a relação com a agricultura urbana (AU) em Belo Horizonte e suas periferias e a relevância das práticas agrícolas em residências, terrenos públicos e iniciativas comunitárias principalmente pela população preta e periférica. Almeja-se que os resultados possam servir de subsídios à ampliação ou adequação das ações realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte de fomento às iniciativas de AU no município com o intuito de consolidar mais espaços produtivos e maximizar a SAN das famílias, sobretudo as negras e periféricas. Uma das hipóteses deste trabalho é de que a AU é uma estratégia socioeconômica e de segurança alimentar e nutricional que interage e permeia a ancestralidade da população negra, e que portanto, no âmbito desse segmento, a cultura tem um lugar importante no exercício dessa ação produtiva. Para tanto, este trabalho contou com estudo de literatura acerca do tema, análises de dados secundários disponíveis no banco de dados do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU) de 153 agricultores/as e análise de discursos a partir da entrevista com 8 agricultores/as pertencentes ao grupo anterior. Com base nas leituras bibliográficas e sistematização das informações contidas no banco de dados da PBH concernentes à AU neste município, e entrevistas com agricultores/as, pôde-se concluir que a prática da AU infere na vida dos agricultores/as autodeclarados negros de maneira significativa e positiva e por isso e precisa ser cada vez mais fortalecida, principalmente considerando o recorte racial.

ABSTRACT

This research intends to understand the territorial occupation strategies and the relationship with the urban agriculture in Belo Horizonte and its periphery and the relevance of agricultural practices in residences, public lands and community initiatives mainly by the black and peripheral population. It is hoped that the results can serve as subsidies for the expansion or adequacy of the actions carried out by the Municipality of Belo Horizonte to promote urban agriculture initiatives in the municipality with the aim of consolidating more productive spaces and maximizing the Food and Nutritional Security of families, especially black and peripheral ones. One of the hypotheses of this work is that urban agriculture is a socioeconomic and Food and Nutritional Security strategy that interacts and permeates the ancestry of the black population, and that therefore, within this segment, culture has an important place in the exercise of this productive action. Therefore, this work included a study of the literature on the subject, analysis of secondary data available in the database of the Municipal Urban Agriculture Registry (CM-AU) of 153 farmers and analysis of discourses from the interview with 8 farmers. Was belonging to the previous group. Based on bibliographic readings and systematization of information contained in the Belo Horizonte City Hall database concerning urban agriculture in this municipality, and interviews with farmers, it was possible to conclude that the practice of urban agriculture significantly affects the lives of self-declared black farmers. and positive and therefore needs to be increasingly strengthened, especially considering the racial background.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem de 97 agricultores/as urbanos/as de Belo Horizonte, do CM-AU PBH 2018-2020.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Gênero

Gráfico 2 - Perfil social e de gênero dos agricultores/as urbanos/as autodeclarados negros no CM-AU amostragem de 89 pessoas 2018-2020.

Gráfico 3 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Raça

Gráfico 4 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Filhos

Gráfico 5 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Naturalidade

Gráfico 6 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Escolaridade.

Gráfico 7 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Renda

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA - Articulação Mineira de Agroecologia;
AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana;
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia;
AP - Agricultura Periurbana;
AU - Agricultura Urbana;
AUP - Agricultura Urbana e Periurbana;
BH - Belo Horizonte;
CEVAES - Centros de Vivência Agroecológica;
CM-AU - Cadastro Municipal da Agricultura Urbana;
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
DFAB - Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento;
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar;
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura;
GEFAU - Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INSAN - insegurança alimentar e nutricional
MDS- Ministério do Desenvolvimento Sustentável;
ODM - Objetivos do Milênio;
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
PANCS - Plantas comestíveis não convencionais;
PBH - Prefeitura de Belo Horizonte;
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas;
RMBH - Região metropolitana de Belo Horizonte;
SAN - Segurança Alimentar e Agricultura;
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
SUSAN - Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 2 - AGRICULTURA URBANA CONCEITOS E ABORDAGEM RACIAL	15
2.1 - Agricultura Urbana, Periurbana e Agroecológica	16
2.2 - Agroecologia: Um evidenciador de ancestralidades que alimenta a cidade	19
2.3 - Agricultura Urbana e Políticas Públicas	23
CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE	27
3.1 - Políticas Públicas Municipais	28
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	34
CAPÍTULO - 5 ANÁLISE E RESULTADOS OBTIDOS	37
5.1 - Quem são os agricultores urbanos: Sujeitos da ação coletivo na cidade de Belo Horizonte	37
5.1.1 Os agricultores/as urbanos/as segundo o Gênero	38
5.1.2 Os agricultores/as urbanos/as segundo a Raça	39
5.1.3 Os agricultores/as urbanos/as segundo a composição familiar: Filhos	42
5.1.4 Os agricultores/as urbanos/as segundo a origem campo / cidade: Naturalidade	43
5.1.5 Os agricultores/as urbanos/as segundo o Grau de Escolaridade	48
5.1.6 Os agricultores/as urbanos/as segundo a Renda	49
5.2 - A vida e trajetória dos agricultores urbanos por detrás da ação coletiva	50
E por fim o item 5.2.4 - tratamos com a Política pública e a AU sobre o prisma dos agricultores/as urbanos/as, em que os mesmos trazem seus olhares sobre a importância e necessidades de avanços.	51
5.2.1 - A identidade racial e a agricultura	52
5.2.2 - A mobilidade espacial	55
5.2.3 - A AUP em suas vidas	59
5.2.4 - A Política pública e a AU sobre o prisma dos agricultores/as urbanos/as	61
6 CONCLUSÃO	63

1 INTRODUÇÃO

A AU é uma prática de cultivo nos meios urbanizados, exercida por diversos públicos em diferentes, - até inusitados - lugares. Os objetivos das práticas se atualizam de acordo com as demandas dos sujeitos, e geralmente permeiam o autoconsumo, a terapia ocupacional, a doação, o complemento na renda e na alteração de cenas e paisagens urbanas, como transformação de potentes lixões à céu aberto em locais produtivos. A expansão dessa prática nas cidades tem motivado a elaboração de políticas públicas e conectado às já existentes com o objetivo de permitir o uso e a ocupação de terrenos públicos para fins e inclusão socioeconômica de famílias em situação de vulnerabilidade.

Contudo, para o desenvolvimento da Agricultura Urbana enquanto prática e política, governos e sociedades se deparam com uma série de problemáticas, algumas superadas, e outras enfrentadas atualmente. Podemos destacar, por exemplo, a escassez de terrenos disponíveis (seja pela falta de interesse e conhecimento, seja pela falta de espaços no ambiente onde há motivação social) para a prática da agricultura em espaços residenciais e não residenciais, no município de Belo Horizonte. A falta de espaço ocorre principalmente em contextos cuja ocupação urbana é densa e formada por famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com dificuldade de acesso a alimentos de qualidade, devido à pobreza e a localização geográfica conformada em desertos alimentares. De forma geral, os desertos alimentares refletem a formação de um sistema alimentar em espaços cujos habitantes não podem obter frutas, legumes, carne e laticínios frescos, a preços acessíveis, bem como, os residentes precisam caminhar muito ou percorrer caminhos difíceis, como subir ladeiras, para acessar o comércio mais próximo com oferta desses alimentos. Normalmente, caracteriza-se um deserto alimentar o excesso de oferta de alimentos processados e ultraprocessados em detrimento dos alimentos naturais e minimamente processados, cujo consumo não é

recomendado pelo Guia Alimentar Brasileiro do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), bem como, não reflete o exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada (aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo) previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu artigo 25, cujo Brasil é signatário.

Por outro lado, partindo-se de outro ponto de vista, diferente daquele com foco na falta do alimento por conta das dificuldades de acesso, em contexto onde o acesso ao mesmo é possível, tem sido crescente a demanda por alimentos de qualidade, o que tem justificado: 1) a propagação de selos de qualidade (por exemplo os orgânicos) e origem dos alimentos pelas empresas agroalimentares como forma de agregar valor aos produtos e garantir um nicho de mercado (OLIVEIRA, 2012); 2) a necessidade de se rastrear a produção e estreitar laços com os agricultores familiares, urbanos e agroecológicos, para o desenvolvimento de organizações sociais e de políticas em torno da economia local e circuitos curtos de comercialização, a fim de garantir um sistema alimentar saudável, inclusivo e fortalecedor de uma economia local e circular em torno da alimentação (SOUZA, 2021). Nesse movimento, tem crescido também a demanda por espaços de produção nas zonas urbanas, abrangendo casas com e sem quintais, espaços alternativos em apartamentos e terrenos públicos ociosos. Os terrenos públicos ao se tornarem produtivos, acabam por cumprir diversos objetivos, como: melhor uso do espaço, diminuição de usos indevidos como a deposição de lixo, maior segurança devido ao aumento de fluxo de pessoas, melhor paisagem devido ao cuidado com o local e outros.

A partir da atuação da pesquisadora na função de gestora pública na Prefeitura de Belo Horizonte e enquanto moradora e atenta à paisagem urbana e com inquietações sobre temáticas envolvendo população negra, Segurança Alimentar e Agricultura (SAN), foi percebido que ao longo dos espaços desta cidade havia algumas pistas passíveis de serem investigadas. São práticas agrícolas relacionadas ao uso da terra urbanizada que poderiam ser compreendidas como estratégias de sobrevivência e coexistência de famílias, principalmente, as que estão em vulnerabilidade social, em especial, negras e

periféricas. Com essa perspectiva, observou-se pela cidade de Belo Horizonte, a composição dos quintais, e como ela se alterava de acordo com a localização geográfica das residências e classes sociais de determinados bairros. Nessa ótica observou-se, por exemplo, de um lado mais jardins com plantas ornamentais em bairros de classe média e alta, e do outro lado, espaços com plantação de comida, quintais produtivos, ainda que pequenos, nas periferias ou nas aglomerações urbanas centrais.

Somado a isso, com o surgimento das demandas e suas relações entre cidade e sujeitos para as políticas públicas de Belo Horizonte, surgiu o interesse de desenvolver uma pesquisa capaz de gerar informações que possam contribuir na proposição e/ou adequação de políticas públicas. Assim, propõe-se pesquisar a população negra na AU da cidade de Belo Horizonte, a fim de melhorar o acesso às ações governamentais de fomento à AU e Segurança Alimentar e Nutricional da população periférica e em vulnerabilidade, além de evidenciar suas demandas.

A população negra nas estatísticas de pobreza, renda e insegurança alimentar tem se destacado como a mais significativa. Esses dados corroboram com várias pesquisas que afirmam a sobreposição entre pobreza e fome (HOFFMANN, 1995). De acordo com os dados de pobreza e desigualdades raciais, a população negra é a mais vulnerável nas cidades (IBGE, 2019). No Brasil, 55,8% da população é autodeclarada negra (pretos + pardos), deste número 75,2% da população está em situação de pobreza. Os dados do IBGE¹ utilizando-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) demonstram que os domicílios habitados por famílias negras representam a maioria da população em insegurança alimentar, significando que ela não tem acesso regular e diariamente aos alimentos.

Os dados sobre trabalho informal e desemprego demonstram que a população negra brasileira é mais representativa, e os dados sobre domicílios demonstram que a população negra que declara ter domicílio particular

¹ Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

permanente em área urbana é menor em relação à população branca. A primeira está mais exposta a vias sem calçada, falta de iluminação, esgoto à céu aberto e lixo acumulado em logradouros públicos (IBGE 2010). Em relação ao êxodo rural, de acordo com a Pnad (2015), 85% da população brasileira reside em áreas urbanas, e os outros 15% em área rural. A maior concentração de pessoas vivendo em áreas urbanas é na região sudeste do país, enquanto o nordeste tem o maior percentual de pessoas vivendo nas áreas rurais.

Entre 1970 e 1980, devido à chegada das máquinas no campo, muitos trabalhadores precisaram se deslocar para as cidades a fim de conseguir empregos e mais qualidade de vida. Atualmente ainda há um movimento de êxodo rural, mais em percentuais menores em relação à década supracitada (ALVES, 2011)

Perante esse panorama contextual, e a partir das observações da pesquisadora sobre a prática e os sujeitos praticantes de Agricultura Urbana na cidade de Belo Horizonte, suscita-se a formação da hipótese de que a AU é uma estratégia socioeconômica e de Segurança Alimentar e Nutricional que interage e permeia a ancestralidade da população negra, e que, portanto, no âmbito desse segmento, a cultura tem um lugar importante no exercício dessa ação produtiva. Nesse sentido, considera-se que a cultura ancestral negra reforça as bases motivadoras deste trabalho, em função da existência e influência dos aspectos socioafetivos dos envolvidos, ou seja, dos agricultores/as urbanos. A hipótese de que a AU tem uma relação cultural e estratégica de sobrevivência e de SAN para a população negra pressupõe que a relação cultural tem uma expressividade na população de pretos e pardos praticantes da AU na cidade de BH, e que possivelmente, a mesma vem de origens agrícolas. Porém, em seus percursos, seu conhecimento e afeição a essa prática, foram potencialmente reprimidos pelo contexto socioespacial urbano, principalmente das periferias e favelas (locais habitados sobretudo por comunidades negras). No campo de possibilidades de interferências para o desenvolvimento da AU, esse conhecimento e afeição reprimidos podem ser parte do - e contribuir para - o engajamento dessa população na AUP.

Ao mesmo tempo que nostálgica, a prática agrícola, agora no espaço urbano, se apresenta como uma estratégia de SAN das famílias negras, porém adaptada ao cotidiano urbano. Nesse sentido, a hipótese complementar é que seria possível, a partir do levantamento de dados acerca da AU no município de Belo Horizonte e dos sujeitos negros na produção, qualificar os atendimentos e serviços oferecidos pelo setor público e conceder mais acesso à alimentação de qualidade, ao direito à cultura alimentar e, à cidade.

É objetivo desta pesquisa entender as estratégias de ocupação territorial e a relação com a AU em Belo Horizonte e suas periferias. Pretende-se entender a relevância das práticas agrícolas nos lugares onde residem. Almeja-se que os resultados possam servir de subsídios à ampliação ou adequação das ações realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte de fomento às iniciativas de AU no município. Ainda sim, que se apresentam com o intuito de consolidar mais espaços produtivos e maximizar a San das famílias, sobretudo as negras e periféricas.

Além de análise bibliográfica, analisou-se o Cadastro Municipal da Agricultura Urbana (CM-AU), uma base de dados sobre as Unidades Produtivas, da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Susan), da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Os dados referem-se a 23 Unidades Produtivas e 153 agricultores/as cadastrados/as, no período de 2018, 2019 e 2020.

Após o olhar para os dados do CM-AU, 8 agricultores autodeclarados negros foram escolhidos de maneira aleatória para realização de entrevista para maior aprofundamento e qualificar o sujeito da AU nos termos da significância, motivações, facilidades e dificuldades. Para tanto, foram construídas e utilizadas questões sobre seus percursos de vida capazes de nos informar como se iniciou a relação com a prática da agricultura e a importância dessa prática em suas vidas, de suas famílias e das comunidades em que estão inseridos.

Assim, esse trabalho está dividido em 6 capítulos. O primeiro após a introdução trata-se das bases conceituais sobre a AU em diálogo com uma abordagem racial, tendo a agroecologia como processo facilitador do resgate e

reconhecimento da ancestralidade nas práticas agrícolas. No segundo e terceiro capítulos é apresentado o contexto e a abrangência da região pesquisada, nesse caso, o município de Belo Horizonte com foco na AU. No quarto capítulo é demonstrada a metodologia utilizada, em que a mesma se utiliza duas entradas de análise: 1) análises de dados secundários disponíveis no banco de dados do CA-MU correspondente à 153 agricultores/as urbanos/as, e 2) análise de discurso a partir da entrevista com 8 agricultores/as pertencentes ao grupo anterior. O quinto capítulo é composto pelos resultados obtidos e a análise dos mesmos. Esses resultados apresentam a sistematização do perfil dos agricultores/as urbanos/as no cadastro da PBH, bem como, uma amostragem dos discursos e sentimentos desses sujeitos sociais. Finalmente, chega-se a sua conclusão onde se discute a partir dos resultados a hipótese desta pesquisa, qual seja, se a AU é uma atividade estratégica para a população negra sobreviver e se alimentar, e também, como ela se expressa em termos de relação com a ancestralidade.

2 AGRICULTURA URBANA: CONCEITOS E ABORDAGEM RACIAL

A abordagem sobre a AU perpassa tanto pelas práticas, quanto pelos benefícios para quem a pratica e para os espaços. Grande parte dos autores justificam a importância das iniciativas de AU e as possibilidades de influência na cena urbana, na alimentação das famílias, na geração de renda e nos impactos socioambientais, como as mudanças climáticas. Neste capítulo, para além do conceito de AU serão abordados conceitos intrinsecamente relacionados a ela, como agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação e as conexões da prática com os povos tradicionais e a população negra.

Essa última, enquanto questão central da pesquisa, será discutida na segunda seção, quando a autora Ângela Gomes(2009) coloca luz na trajetória e na prática da agricultura por famílias negras, e em como os saberes foram trazidos para as atualidades. Saberes esses que foram passados de geração em geração e adaptados ao novo contexto social. Isso porque, com o êxodo rural, muitas famílias se mudaram das zonas rurais para as zonas urbanas em busca de empregos e qualidade de vida. As que tinham hábitos agrícolas, algumas encontram maneiras de praticar as atividades, seja nos quintais, seja em espaços alternativos (como muros e telhados), vias, calçadas, e lotes ociosos. Portanto, neste capítulo são explicitadas a importância da prática para as famílias e as possibilidades de uso das áreas extra residenciais, somado a importantes problemáticas acerca das políticas públicas de planejamento urbano e de SAN.

2.1 Agricultura Urbana, Periurbana e Agroecológica

Ainda há muitas discussões acerca do conceito de AU, a localização geográfica e a proximidade com as cidades são os elementos mais comuns utilizados para fundamentar o conceito. Todavia, Aquino e Monteiro (2005) defendem que não é a localização e sim a interação com o ambiente urbano, e usam como

exemplo, os sistemas de produção e a gestão de resíduos orgânicos domésticos ou industriais, localizados nas cidades.

Para Ferreira (2013), a Agricultura Urbana (AU) e a Agricultura Periurbana (AP) são atividades com potencial para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares urbanos e organização socioespacial. E sobretudo, com capacidade para contribuição na geração de renda, terapia ocupacional e segurança alimentar de famílias que apresentam vulnerabilidades sociais.

Aquino e Assis (2007) reiteram que AU pode contar com uma diversidade de combinação de atividades, se referindo tanto a produção vegetal, quanto também a animal, como aves, coelhos, peixes, abelhas, além de outros sistemas agrícolas, como horticultura, cultivo de espécies de roça, tais como milho, feijão, mandioca, e a integração entre estas, utilizando os excedentes da produção como alimento para os animais, e os resíduos dos animais, como esterco orgânico para produção.

Segundo Melo (2016), a AU é uma prática com capacidade de influenciar positivamente na gestão e planejamento sustentável dos espaços urbanos. O autor destaca a responsabilidade dos gestores públicos no tratamento desse tema em questão de forma a possibilitar o aproveitamento territorial, a intensificação da produção de alimentos, e a visibilização das demandas sociais. Para tanto, salienta que faz-se necessária a utilização de tecnologias sustentáveis e incentivos às políticas capazes de permitir a coexistência da prática agrícola no desenvolvimento das cidades.

Há 3 décadas, a partir dos anos 1990, a quantidade de estudos relacionados à AU, políticas públicas, e uso dos espaços metropolitanos, em reflexo à urbanização, aumentou consideravelmente. Esses estudos e políticas criados evidenciam as preocupações acerca do crescimento populacional e das cidades ocorridos de forma acelerada a partir dos anos 70. Neles são centrais os problemas e desafios consequentes desse crescimento, como a pobreza e a falta de garantia alimentar para as populações (AQUINO E MONTEIRO, 2005) A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) são atividades que cumprem diversas funções compostas por diferentes ações, como exemplo, tem-se a produção ou

beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários cultivados em locais intra e periurbanos para autoconsumo ou comercialização (MELO, 2016). Ainda segundo Melo (2016), estas práticas promovem uma melhor gestão das cidades tangentes aos aspectos sociais e ambientais, isso porque a AUP implica em reflexões sobre o uso mais eficiente e sustentável dos recursos disponíveis de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo Arruda (2006), citado por Aquino e Assis (2007), a AUP é uma prática cada vez mais crescente num contexto mundial, o que reforça a sua importância para o desenvolvimento social sustentável.

Para conceituar a AU, Aquino e Assis (2007) propõem que perguntemos: o que faz com que ela seja objeto de políticas públicas? A partir deste questionamento chega-se à conclusão que as bases da AU justificam a elaboração de políticas públicas, devido às atividades econômicas desenvolvidas, atentando-se às categorias de produção, a localização territorial onde a AU é e pode ser praticada, a destinação dos produtos e o escalonamento da produção. Neste estudo, propomos outros questionamentos, complementar ao sugerido acima, cujo interesse está centrado no sujeito da ação, qual seja: quem pratica a AU? Porque pratica a AU? E de onde veio o interesse em praticar a AU?

Pesquisas têm demonstrado que sistemas de produção, manejados de forma orgânica e agroecológica, reforçam o compromisso de recuperar a agrobiodiversidade, com respeito ao contexto social e cultural, além de proporcionar soberania e segurança alimentar e nutricional. Ademais, por muitas vezes eles são concebidos como possibilidade de geração e/ou complemento de renda para as famílias, tendo em vista que produtos de qualidade são procurados e valorizados cada vez mais (AQUINO E ASSIS, 2007).

São consideradas dimensões da produção agrícola, as relações edafoclimáticas², ambientais, ecossistêmicas, e sociais, incluindo a comunidade como parte do processo. Nessa perspectiva, entende-se a agricultura como resultado da evolução dos processos sociais e naturais. Assim a AU apresenta uma multifuncionalidade, tal como explicitam Curan e Marques (2021):

A multifuncionalidade da agricultura representa um modelo de agricultura que atende às demandas da sociedade por proteção ambiental, segurança alimentar, preservação de tradições culturais e promoção do desenvolvimento, funcionando como uma estratégia para os negócios agrícolas e uma possibilidade para a agricultura se adaptar à realidade urbana. Essa prática permite não somente a viabilidade da propriedade, mas também a transformação da paisagem. Relevante destacar que não a sinergia entre estas na paisagem. Ou seja, a multifuncionalidade trata-se de um conceito inter- e transdisciplinar que leva em conta diferentes objetivos e valorizações, e não somente o somatório dessas. (p. 215)se trata de diferentes funções ocorrendo ao mesmo tempo num mesmo espaço, e, sim,

A partir deste entendimento, a prática da AU deve tomar como base a agroecologia, que propõe um modelo de desenvolvimento sustentável para os sistemas de produção com base científica. Essa proposta visa a autonomia dos agricultores e agricultoras e a preservação dos recursos naturais, reciclando os nutrientes e aumentando a eficiência do sistema alimentar, a partir da maximização e cuidado para com os recursos, respeitando a natureza e comunidade, por meio da sistematização de saberes populares (AQUINO E ASSIS, 2007).

São benefícios da agricultura nas cidades, a valorização de áreas urbanas onde residem famílias marginalizadas com a reutilização do espaço tornando-o produtivo e limpo. Somado a isso, considera-se seu potencial em proporcionar vivências no local atrelada à possibilidade de oferta de alimentos de qualidade para famílias em alta vulnerabilidade social (AQUINO E ASSIS, 2007). Almeida (2004), citada por Aquino e Assis (2007), reforça que os espaços utilizados por coletivos sociais para produção de alimentos saudáveis, podem ser também

² termo utilizado para características referentes a fatores relativos ao meio, tais como: relevo, solo, clima, umidade, entre outros.

um local de práticas de reaproveitamento de dejetos recicláveis (como pneus, entulhos e madeiras), tanto para a estruturação do terreno, quanto para contenção de encostas e levantamento de canteiros. A prática da AU e AUP ainda abrange a possibilidade de se trabalhar a gestão de resíduos orgânicos, utilizando como prática a compostagem dos próprios dejetos alimentares da comunidade, reiterando os impactos positivos da prática de AU e AUP para diminuição do lixo e dos lixões, nos aglomerados urbanos.

2.2 Agroecologia: Um evidenciador de ancestralidades que alimenta a cidade

A Agroecologia é uma ciência que abarca os saberes tradicionais, porém, apesar de estar dado, nem sempre ou quase nunca, as/os detentoras/es são reconhecidas/os como tal. São puramente saberes (MOTTA, 2019). Entretanto, quando se trata do Brasil, há que se considerar as múltiplas origens desses saberes. No caso das mulheres negras escravizadas e trazidas ao Brasil, segundo Motta (2019), elas tinham vivências intrínsecas ao campo das regiões tropicais e semiáridas de África, similares às que encontraram ao chegar ao Brasil. Nesse contexto, com essas mulheres foram trazidos conhecimentos sobre produção, plantio, armazenamento de sementes crioulas, comportamento climático, solo e afins. Com isso foi possível superar a escassez de alimentos e produzir com alta diversidade em pequenos espaços. Os conhecimentos supracitados trazidos pelas mulheres, foram aplicados, desenvolvidos, estudados e adaptados. Sendo essa uma das condições utilizadas para explicar a garantia da sobrevivência dos Quilombos e do povo negro no país (MOTTA, 2019).

O conhecimento guardado nesses corpos e trazidos de geração em geração até os dias atuais representam a nossa relação do Brasil com África que a diáspora não apagou, e que se perpetua em muitos e de muitas formas. São manifestações que abarcam a cultura, a dança, a música, a comida, num

movimento de permanência, sobrevivência e coexistência desses corpos que resistem (MOTTA, 2019).

A prática da agroecologia dentro das cidades se mostra como uma alternativa para o desenvolvimento da população. A AU aumenta o acesso a alimentos saudáveis fortalecendo a segurança alimentar e nutricional, principalmente para famílias em situação de vulnerabilidade. Outro aspecto fortalecido pela prática de AU é os das organizações coletivas e comunitárias, onde os grupos, além de produzirem alimentos para autoconsumo, também acessam de forma complementar: os circuitos curtos de comercialização; a renda; as práticas de terapia ocupacional e o fortalecimento de laços comunitários. A partir dessas possibilidades, como nos aponta Marques (2014), garante-se melhor qualidade de vida, e fortalecimentos de laços sociais e culturais.

Um dos espaços possíveis de se praticar a AU e agroecologia são os quintais. Segundo Ângela Gomes (2009) os quintais são pequenos espaços tidos como lugares de encontros, em que são propiciadas as relações entre a humanidade e a natureza.

Nas áreas rurais, esses espaços aparecem no entorno da casa e se caracterizam por um modo de produção diferente dos definidos como convencionais. Estes últimos, são considerados modos de produção cujo principal objetivo é a alta produtividade baseada na utilização de técnicas, equipamentos e insumos modernos (tais como, transgenia, agrotóxicos e fertilizantes), utilizados para acelerar o processo de cultivo. Os agricultores não convencionais, enquanto desprovidos dessas tecnologias e utilizadores de saberes tradicionais no manejo agrícola, na sua maioria das vezes, podem ser reconhecidos como agroecológicos. Isso porque, em suas atividades observa-se a existência de uma biodiversidade, bem como, a consideração e respeito aos ciclos naturais, gerido e cuidado pelo núcleo familiar, principalmente pelas mulheres.

Nos meios urbanos, os quintais estão localizados nas áreas remanescentes das residências, podendo ser na frente, fundo, laterais, lajes, espaços

alternativos, e outros como becos, logradouros públicos ou lotes ociosos, públicos ou privados (GOMES, 2009).

Gomes (2009) ainda ressalta que existe uma dinamicidade no cuidado com os quintais agroecológicos urbanos, assim como nas metrópoles. O tempo e gestão das áreas de produção são outros. Todavia, é resguardada a temporalidade como nas áreas rurais, como por exemplo, o tempo do plantio das espécies observando-se o tempo das águas, como milho e feijão, e o quiabo no inverno, assim como outras práticas agrícolas. Destas produções são retirados os alimentos para autoconsumo, comercialização, doação, além de ser um espaço de troca, diversão e terapia ocupacional.

A urbanização das cidades dá espaço à construção de vias de acesso, conjuntos habitacionais e centros de comercialização priorizando a impermeabilização do solo, em detrimento da proteção de matas nativas e áreas verdes. Em muitos casos, as cidades foram planejadas para o desenvolvimento urbano como por exemplo, o planejamento de Belo Horizonte. Nele foi priorizada a pavimentação e as construções para os negócios e famílias de maior poder aquisitivo na região intra limites da avenida do contorno. Os demais cidadãos belo-horizontinos se “ajeitaram” nas redondezas (Pereira, 2019).

Considerando os seres humanos como centro da elaboração, construção e crescimento das cidades, tem-se como ônus o distanciamento do uso da natureza, como água e lenha. Esses últimos, eram considerados como um bem comum usual, principalmente pelos povos tradicionais em alta vulnerabilidade social que sempre utilizaram tais elementos (GOMES, 2009).

Em contrapartida, segundo Gomes (2009), os quintais passaram a ser os locais de produção, ainda que a exploração fosse restrita, e dificultada pela falta de estrutura, tamanho e finitude dos recursos. Mas reforça que o avanço da mercantilização dos recursos naturais, resultado da concentração de terras e alto custo agregado aos solos urbanos, torna mais difícil a realidade e reprodução cultural dos povos tradicionais e da população em alta vulnerabilidade social, normalmente formada pela população negra.

Sobretudo, quando se trata de cidades, planejamento urbano, uso e ocupação dos solos nas metrópoles, é importante responder, ou refletir sobre determinadas questões para o desenvolvimento das políticas públicas. Ângela Gomes (2009) sistematizou importantes questões em sua tese, colocando luz em quais são os sujeitos que têm direito à cidade. Se quando falamos de cidade, estamos falando de localização geográfica, área, quem pode circular neste lugar? Se todos são planejados, a quem este planejamento atende?

São questões que trazem incômodos e inquietações. Ouso dizer que esse sentimento é gerado, pois essas questões nos fazem refletir sobre direitos, respeito e humanidade. Se somatiza a essa inquietação, o fato de naturalizarmos as opressões e desigualdades e acreditamos que não tem outra saída, ou que isso é fruto de ordem natural e não resultado de escolhas que outrora desconsideravam a parte menos favorecida dos sujeitos.

Maricato (2000) e Costa (2004), citados por Gomes (2009) explanam sobre as desigualdades sociais, a violação de direitos e a divisão territorial por classe e raça, como consequência do planejamento urbano. Nesta perspectiva, fica evidente o desafio para gestão pública em pensar as cidades e suas interfaces social, econômica, cultural e política, garantido os direitos e a justiça ambiental dos povos mais vulneráveis, de maneira que nenhum cidadão seja exposto à risco de vida por falta de acesso à saúde, educação, mobilidade, saneamento e alimentação de qualidade.

No meio urbano grande parte da agrobiodiversidade é protegida e cultivada nos quintais, área comum no entorno das casas. Na falta destes é possível observar o uso das calçadas, becos, vilas e lajes como quintais das comunidades. Esses espaços possibilitam trocas sociais e culturais, produção de plantas e alimentos e criação de pequenos animais. Além da realização de festas, casamentos, batizados, congados e churrascos. Essa é uma diversidade de processos de socialização que muito se perde nas cidades e poucos acreditam que são trocas possíveis (GOMES, 2009).

Os quintais têm uma grande importância para a sobrevivência e perpetuação dos saberes sobre saúde, alimentação, cuidado com as áreas de riscos, preservação da biodiversidade e de vivências culturais.

Os saberes memorizados e repassados de geração em geração, por atos e palavras criam os espaços e os seus significados. Enquanto espaço produtivo, a gestão dos quintais reflete saberes sobre botânica e SAN dos povos de tradição e vínculos que permeiam entre as realidades rural e urbana. Assim, os quintais produtivos criam novas territorialidades, formação de laços de solidariedade, fortalecimento e criação de laços sociais e familiares regrados à troca de saberes.

Gomes (2009) quando diz que os saberes múltiplos dos povos tradicionais são tidos como estratégias de sobrevivência, questiona o comprometimento do planejamento urbano enquanto política pública, afinal de contas se um povo precisa criar estratégias de sobrevivência pode ser porque não tenha sido considerado no planejamento de desenvolvimento da cidade.

Nessa perspectiva, Gomes (2009) destaca que os saberes populares impressos na cidade apresentam outras configurações existentes dentro das cidades planejadas, porém neste planejamento os desenhos são invisibilizados, mas impossíveis de serem ignorados.

2.3 - Agricultura Urbana e Políticas Públicas

Quando se trata de AU, são reconhecidos vários benefícios de se cultivar os alimentos nas cidades e nos entornos. Pode-se citar como exemplo a ampliação do acesso aos alimentos de qualidade e frescos, além do aspecto pedagógico, ao incitar a consciência da sociedade civil sobre a origem dos mesmos, incentivando hábitos alimentares e cuidados com o meio ambiente (ALMEIDA, 2016).

O processo de urbanização cada vez mais intensivo, vem substituindo o uso do solo com as práticas agrícolas pelo concreto da construção civil. Como resultado, a cidade apresenta-se com maior adensamento de casas e comércio

e restrição de acesso aos terrenos e a habitação de qualidade pela população mais pobre. Em contrapartida, a AU vai sendo ressignificada, seja na periferia seja nas áreas mais valorizadas. São locais onde vão surgindo espaços de produção com outros formatos e, com objetivos diversos, porém com os mesmos princípios e fundamentos básicos. Seus objetivos e motivações variam desde garantir a alimentação das famílias ou com função nostalgia de outros tempos, até a ideia de ocupar as cidades de outras formas. Não obstante, sendo também uma forma de disputar o mercado a partir do marketing ambiental (ALMEIDA, 2016).

Almeida (2016) relata que em outros países a AU já foi o cerne de amplas políticas públicas e motivo para grande mobilização social em contextos de guerras, crises econômicas e a consequente escassez de alimentos. Períodos como Primeira e Segunda Guerras Mundiais, por exemplo, devido ao comprometimento das importações e exportações de alimentos e dificuldade de alimentar as tropas, motivaram grandes campanhas como: *Liberty Gardens* e *Victory Gardens* (EUA), traduzindo seria jardins da liberdade e da vitória respectivamente e *Dig for Victory* (Inglaterra) que seria algo como: cavar para a vitória, que incentivavam a população a plantar o seu próprio alimento, em espaços públicos e privados e atuar como voluntários nas zonas rurais (ALMEIDA, 2016). Tais campanhas contavam com o papel ativo do estado para organizar e distribuir os alimentos (ALMEIDA, 2016).

Mok et al (2014), citado por Almeida (2016), relata que campanhas como essas voltaram a surgir entre as décadas de 60 e 70, com cunho ideológico a favor da proteção ambiental e contracultura, e como solução ao momento de crises econômicas, de inflação e de desemprego.

Mas foi a partir da década de 90 que a expressão AU passou a ser conhecida formalmente na agenda internacional, a partir da incorporação da pauta em políticas das agências e das organizações internacionais para o desenvolvimento. O objetivo da inserção da temática foi também devido ao reconhecimento dessas instituições sobre a importância da prática para o desenvolvimento sustentável e gestão ambiental das cidades.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) inseriu a AU nos debates sobre o combate à fome em 1996, no *World Food Summit*, e passou a coordenar ações institucionais sobre AU a partir de uma resolução adotada em 1999. Em 2021 apresentou a iniciativa *Food for the Cities* que faz publicações concernentes ao tema, a fim de apoiar e incluir em programas nacionais de implantação de sistemas alimentares mais sustentáveis. De lá pra cá, a AU foi reconhecida como estratégia capaz de atenuar os efeitos da insegurança alimentar e nutricional, de contribuir para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e para a capacidade de enfrentar crises econômicas e alimentares, diminuindo seus impactos sobre o sistema alimentar local (ALMEIDA, 2016).

Nos anos 2000, a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas estabeleceu oito objetivos com metas e prazos para compromissos a serem assumidos pelos países membros. São metas que dizem sobre o desenvolvimento para as áreas de saúde, educação, agricultura, meio ambiente, fome, dentre e outras. Observa-se desde então, um movimento de inserção da AU nesta agenda, como estratégia de alcance das metas, principalmente a primeira que é erradicar a extrema pobreza (ALMEIDA, 2016). Ainda sobre o reconhecimento da AU como estratégia de desenvolvimento e a inserção da temática nas agendas internacionais e nacionais, Almeida (2016) ressalta que ao longo dos anos, várias cidades e regiões do mundo realizaram estudos e publicaram edições com o apoio de agências e organizações cooperadas internacionais, com a finalidade de institucionalizar cada vez mais as políticas públicas locais referentes ao tema. Nas publicações, a AU é posta como uma possibilidade real de enfrentamento a problemas socioambientais urbanos, recorrentes do processo intensificado e acelerado de urbanização das cidades de países em desenvolvimento. Os mesmos têm também como problemas decorrentes daqueles, o aumento da insegurança alimentar, da pobreza, do desemprego e da preservação e cuidado com os recursos naturais e essenciais à sobrevivência (ALMEIDA, 2016).

Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Sustentável (MDS) instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, por meio da portaria 467 de 07 de fevereiro de 2018 (SILVA, 2018). A portaria tem como objetivos: 1) potencializar ações de SAN; 2) contribuir para inclusão social de moradores urbanos, com priorização para as mulheres; 3) promover o uso de tecnologias agroecológicas; 4) promover a educação ambiental; 5) incentivar a gestão de resíduos orgânicos, o convívio social e as atividades culturais relacionadas a produção agrícola; 6) garantir a capacitação sobre técnicas agrícolas e gestão de agricultores urbanos; 7) estimular hábitos alimentares saudáveis e, hábitos sustentáveis e; 8) promover a implantação de espaços produtivos com finalidade pedagógica em instituições (SILVA, 2018).

No Brasil existe a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída em 2010, e aprovada pelo extinto³ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esse era o órgão de assessoramento imediato da presidência da república, que compõe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). É objetivo da política possibilitar o acesso universal à alimentação saudável e adequada, priorizando a população em situação de insegurança alimentar e promover o abastecimento de sistemas alimentares sustentáveis e descentralizados, de produção e beneficiamento de alimentos, com respeito aos princípios da agroecologia (KERN, 2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentados em 2015, tem como intuito engajar todos os países em práticas econômicas e sociais capazes de gerar renda, preservar o meio ambiente, diminuir o aquecimento global, e sobretudo, promover qualidade de vida para as populações atuais e futuras até 2030. Assim, nessa perspectiva, um dos objetivos é “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. Sua meta é combater as formas de fome e má nutrição, garantindo a todos/as, especialmente às crianças, a segurança

³ O Consea Nacional foi extinto em 1 de janeiro de 2019, como uma ou a primeira medida presidencial do Governo Bolsonaro editada pela Medida Provisória no 870, de 1o de janeiro de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União 2019;

alimentar e nutricional. Para isso, este objetivo defende as práticas de agricultura sustentáveis, o apoio aos pequenos agricultores, o acesso à terra, às tecnologias e aos mercados. Nesse objetivo, ressalta-se a importância da cooperação internacional para garantir investimentos e apoio às agriculturas. Dessa forma, e somado aos outros 16 ODS 's, acredita-se que seria possível erradicar a fome em 2030 (PNUD, 2021).

A partir desse panorama conceitual e contextual sobre a AU, apresentamos a seguir o seu contexto em Belo Horizonte, terreno de estudo dessa pesquisa.

3 AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE

Neste capítulo focalizaremos os olhares para o município de Belo Horizonte e as influências internas e externas que contribuíram para o avanço da temática no município. Assim, a partir de literaturas e estudos desenvolvidos buscou-se compreender como se dá a prática de AU na cidade, como e onde ela acontece e quem são os/as agricultores/as urbanos/as.

A abordagem é realizada a partir de informações sobre a prática observada, os movimentos sociais e atos que nutriram e ainda nutrem a AU no município e as legislações municipais acerca do tema.

É importante ressaltar que existem políticas públicas de fomento à AU há mais de 20 anos em Belo Horizonte, porém nos últimos 5 anos, a demanda por implantação desses espaços de produção têm crescido, conforme os dados da PBH analisados nesta pesquisa.

3.1 Política Pública Municipal

A história registrada sobre a AU em Belo Horizonte em termos de políticas públicas data de, ao menos, 27 anos. A partir de 1995 foram implantados os Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes) pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que são equipamentos públicos com a oferta de ações nas áreas de educação ambiental, agroecologia, saúde e SAN. Além de capacitar agricultores e agricultoras e possibilitar a geração de renda extra, os Cevaes foram concebidos através da articulação iniciada em 1993 entre as Secretarias municipais de Abastecimento, Segurança Alimentar e Meio Ambiente, efetivada pelo apoio do Programa LIFE/PNUD e do convênio entre a PBH e a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) situada no município de Belo Horizonte (ALMEIDA, 2016).

No término do convênio com a REDE, os Cevaes passaram a ser geridos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e a partir de 2005, pela Fundação de

Parques Municipais. Atualmente, os centros seguem geridos por essa Fundação e estão localizados em cinco regionais de Belo Horizonte que são Leste, Nordeste, Oeste, Noroeste e Venda Nova (ALMEIDA, 2016).

Os Cevaes são entendidos pela atual Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) como Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias, com traço institucional e fomentadas com a finalidade de dar autonomia aos agricultores que utilizam o espaço para produção de alimentos agroecológicos. O conceito de AU foi apropriado pela ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e demais parceiros, quando as inovações metodológicas desenvolvidas nos Cevaes foram reconhecidas nacional e internacionalmente, e a ONG nos representou em eventos internacionais e recebeu prêmios (ALMEIDA, 2016). Por isso os CEVAES são considerados um marco, no âmbito das discussões sobre AU e agroecologia para a cidade de Belo Horizonte.

Em 1999, aconteceu a primeira composição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea - MG). Em articulação com o Consea-MG, dois anos depois, em 2001, iniciou um processo de identificação e debates sobre as experiências vivenciadas pela população mineira no âmbito da AU e SAN.

Almeida (2016) relata que regionalmente, o processo mais significativo foi a realização da “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

Esta caravana resultou na constituição da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau), que foi e é um espaço permanente de trocas e autogestão de grupos da sociedade civil, envolvidos com AU e AUP na Região Metropolitana de Belo Horizonte (ALMEIDA, 2016).

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau) é parte integrante do movimento agroecológico, que tem como representação no âmbito federal a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e em nível estadual, a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Essa interação possibilitou e possibilita a construção de relações mais concretas entre a agroecologia e a AU (ALMEIDA,

2016), visto que, majoritariamente, os hábitos desenvolvidos na AU se aproximam das práticas agroecológicas.

Em 2007, aconteceu o I Seminário Estadual de Agricultura Urbana, conduzido pelo Instituto de Terras de Minas Gerais, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária. O Seminário contou com a participação de diversos setores (ALMEIDA, 2016). Segundo Lovo (2011), citado por Almeida (2016) um dos principais desdobramentos foi a regulamentação da Lei Estadual nº 15.973 de 12/01/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana. Isso trouxe para o Estado de Minas Gerais o status de vanguarda, em função de ser o primeiro estado brasileiro a regulamentar o tema por meio de legislação específica (ALMEIDA, 2006).

Ainda que com percalços, o percurso apresentado acima possibilitou a abertura de espaços de diálogos e reflexões, que são propositivos, constantemente agregam novos atores, e inferem nas políticas públicas propostas, e nas executadas (ALMEIDA, 2016).

Em Belo Horizonte existem muitas iniciativas de produção de alimentos agroecológicos que comercializam e contribuem para a segurança alimentar e nutricional no município. Tais práticas aliadas à agroecologia também contribuem para o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte, o que faz com que sejam visibilizadas e potencializadas (KERN, 2021).

Observar áreas produtivas sendo cultivadas, comercializadas e consumidas são cenas comuns na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Comer fruta do quintal, buscar plantas medicinais da casa dos vizinhos, trocar frutas e legumes produzidos em casa ou pegar frutas nas praças. Feiras e vendas na cerca são muitas pela cidade, e conversar com os/as feirantes pode revelar muito sobre a cidade (ALMEIDA, 2016).

Nas zonas urbanas e rurais do município de Belo Horizonte e nos municípios adjacentes são muitos os usos agrícolas do solo. É possível destacar como exemplo as hortas, sítios, chácaras, viveiros e espaços de criação animal (ALMEIDA, 2016)

Em 2020, a política pública de SAN do município de Belo Horizonte completou 27 anos. Na década de 90 foi criado o órgão gestor da política, com vistas à construção e execução de estratégias de Abastecimento e Combate à Fome, que posteriormente serviram de exemplo para a organização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (DIAS e MAGALHÃES, 2021)

A partir de 2017, uma das diretrizes da política de San no município de Belo Horizonte foi o fortalecimento da AU, por meio de fomento à implantação de unidades produtivas coletivas comunitárias e institucionais, tendo como centralidade a agroecologia (DIAS e MAGALHÃES, 2021).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) conta com 34 municípios, que apresentam características distintas e desiguais, e a concentração estrutural ainda está, principalmente na capital. O processo de urbanização, a verticalização dos municípios e a valorização imobiliárias das cidades têm cada dia transformado, de forma crescente, o uso e ocupação do solo nestes territórios, todavia as práticas agrícolas são muito frequentes e significativas nos municípios (MARQUES, 2014).

Os espaços onde são realizadas as práticas de AU são diversos, vão desde os quintais pequenos e escondidos nas cidades urbanizadas, às hortas comunitárias e assentamentos de reforma agrária espalhados na região metropolitana (MARQUES, 2014).

Atualmente, em Belo Horizonte, o poder executivo, através da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) e da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, fomentam a agroecologia e a AU por meio dos programas de implantação de: 1) Unidade Produtivas Coletivas Comunitárias; 2) Unidades Produtivas de Território de Tradição; 3) Unidades Produtivas Institucionais Públicas, como as escolares e outros e; 4) manutenção dos Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes), respectivamente, respaldados pelas legislações 10.255/2011 e 14.370/2011.

Em Belo Horizonte existe a lei nº 10.255, de setembro de 2011 que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências,

insere a AU como parte integrante da política municipal de abastecimento, em consonância com a política urbana. Nesse contexto, a garantia da SAN da população em bases sustentáveis tornam-se pilares da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana.

Com base na lei 10.255/2011, conceitua-se como AU:

o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços." (Belo Horizonte, 2011, Art. 1º)

Dentre os objetivos da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana estão a ampliação das condições de acesso à alimentação, aumento da disponibilidade de alimentos para autoconsumo e comercialização local, estímulo às práticas alimentares saudáveis, geração de renda, priorização de públicos em alta vulnerabilidade social, com base em critérios estabelecidos, tendo como finalidade a garantia da SAN e outros direitos sociais, como acesso à água.

O planejamento e execução da Política Municipal de AU, segundo a legislação, se dá de forma descentralizada, com a participação direta dos beneficiários nas instâncias de gestão que os competem. As ações de apoio à AU são integradas com as ações de SAN, de habitação, de assistência social, de saúde, de educação, e outras, tendo como cerne para o crescimento, o diálogo entre os diversos setores governamentais e da sociedade civil.

Atualmente, as atividades de AU são diretamente desenvolvidas por agricultores urbanos e urbanas, com o apoio de diversos setores da Prefeitura de Belo Horizonte. Eles são grupos formais organizados, ou organizações da sociedade civil, grupos de estudo e instituições de pesquisa.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), incentiva e fomenta a implantação e manutenção de unidades produtivas de AU disponibilizando terrenos públicos para produção e oferecendo insumos e capacitação técnica. Para solicitar atendimento é necessário se inscrever através da chamada pública de credenciamento que é aberta anualmente. São

requisitos para a inscrição: 1) um grupo formado por três ou mais pessoas de núcleos familiares diferentes - entende-se núcleo familiar como quem reside sob o mesmo teto, interessados no projeto de implantação de Unidade Produtiva; 2) Indicação de área de cultivo de interesse; e 3) comprometimento de todos os envolvidos a participar de todas as atividades exigidas para implantação de unidades produtivas.

Conforme descrito no site da prefeitura de Belo Horizonte⁴, Unidades Produtivas são espaços de cultivo que têm o objetivo de promover a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e o desenvolvimento local sustentável, contribuindo para a SAN da população e para potencializar laços de coletividade nas comunidades. Estes espaços podem ser constituídos por diversos tipos de cultivos, chamados de Sistemas Agroecológicos, tais como: hortaliças, frutíferas, sistemas agroflorestais, plantas medicinais, aromáticas, condimentares, Plantas comestíveis não convencionais (Pancs), flores, compostagem, criação de animais, entre outros.

Para receber atendimento da Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana, faz-se necessário se credenciar. No credenciamento anual de demandas são inseridas informações sobre o coletivo, sobre o objetivo e indicado um terreno. As informações contidas são analisadas pela equipe técnica conforme os critérios pré-estabelecidos, como: 1) Área do terreno; 2) Área já cultivada/experiência com cultivo; 3) Número de famílias participantes; 4) Participação de população cadastrada no Cad. Único; 5) Participação de população cadastrada no Cad. Único em situação de pobreza ou extrema pobreza; 6) Participação de população cadastrada no Cad. Único que possui crianças entre 0 e 10 anos em sua composição familiar; 7) Número de participantes mulheres; 8) Número de participantes autodeclarados negros e/ou indígenas; 9 Participação de Comunidades ou Territórios de Tradição (Povos Indígenas, Quilombolas, Terreiros de Matriz Africana, Congados); 10) População em situação de rua; 11) indicação se a proposta é em área pública

4

<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>

municipal; 12) Existência de ação coletiva associativismo ou organização formal do grupo (estatuto/regimento, atas, registros fotográficos, etc.); e 13) Existência de outra entidade parceira apoiando a implantação (convênios, apoio material, cessão de área, etc.). Essas categorias são pontuadas. As que recebem maior pontuação seguem para etapa de vistoria, na qual são compreendidos os potenciais agrônômicos de cada terreno indicado e se pertencem ou não à Prefeitura de Belo Horizonte, bem como, se existe alguma objeção quanto ao uso do terreno. Ao concluir essas etapas, as demandas são classificadas como aptas ou inaptas. Ao todo, são 3 etapas, desde a inscrição até a classificação. Este processo é referente àquelas unidades produtivas que são geridas por coletivos e independentes de outros setores e instituições, denominadas Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias e Unidades Produtivas de Território de Tradição, que são aquelas geridas por povos tradicionais, sendo 20% das vagas destinadas a estas.

Após o processo seletivo, o resultado é publicado nos canais oficiais de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte e os grupos selecionados são convocados para o início das atividades de implantação da Unidade Produtiva. O fomento das Unidades Produtivas também pode ser dividido em 3 fases, sendo a primeira implantação, onde se trabalha a construção social do grupo, a formação e capacitação técnica do grupo e a preparação da área de plantio. A segunda fase é o preenchimento do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana e a terceira é a manutenção e atendimento periódico às unidades produtivas de maneira participativa e conforme demanda. Faz parte das atribuições da GEFAU a realização de reuniões junto ao coletivo, o preparo e execução de oficinas de formação, o assessoramento técnico do coletivo e a doação de insumos disponíveis, a fim de garantir a estrutura e funcionamento da Unidade Produtiva.

4 METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa tem grande interesse sobre a segunda fase do processo de fomento supracitada, qual seja preenchimento do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana para a formalização do atendimento à Unidade Produtiva. Com o aval da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, foram analisados os dados contidos no Cadastro Municipal de Agricultura Urbana, a fim de saber quantos dos agricultores e agricultoras urbanas atendidos/as pela SUSAN se autodeclararam pretos e pardos e os respectivos perfis. O Cadastro Municipal de Agricultura Urbana consiste em um documento utilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte para monitorar a Política Municipal de Agricultura Urbana. A partir de informações autodeclaradas pelos agricultores e agricultoras urbanos/as, atestadas pela Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana, são caracterizados os aspectos sociais e produtivos das unidades atendidas e registradas tais informações em banco de dados interno. Assim, essa pesquisa zela pela preservação de dados pessoais dos agricultores e agricultoras, em que a identidade deles não foi compartilhada externamente à prefeitura.

Das iniciativas atendidas pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, conta-se:

45 Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias cadastradas, implantadas e atendidas regularmente, 44 Unidades Produtivas Institucionais Públicas e 61 Unidades Produtivas Institucionais Públicas em escolas municipais. Com foco nas 45 Unidades, ultrapassou-se o total de 100.000m² de área produtiva em todas as regionais do município e mais de 333 agricultores e agricultoras envolvidas/as com a produção de alimentos na cidade de maneira direta.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas e análise da literatura pertinente ao tema, e avaliação do perfil dos agricultores/as urbanos/as a partir no Cadastro Municipal da Agricultura Urbana (CM-AU). A escolha do cadastro como fonte de análise ocorre pelo fato do mesmo ser um instrumento da Subsecretaria Municipal de SUSAN, utilizado pela Gerência de

Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU) para identificar, mapear, caracterizar as diferentes iniciativas e públicos que praticam a AU em Belo Horizonte, atendidas pela Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB) da subsecretaria.

O acesso ao Cadastro Municipal da Agricultura Urbana foi solicitado ao gabinete responsável via email e aprovado pela instituição.

Ao avaliar a base de dados buscou-se entender o perfil dos agricultores e agricultoras urbanos/as atendidos/as pela prefeitura de Belo Horizonte, com atenção ao recorte de raça e outras informações como gênero, idade e naturalidade.

Para complementar as informações e entender a relação: AU x raça, foram realizadas entrevistas com oito agricultores/as urbanos/as auto-declarados/as negros/as, escolhidos de maneira aleatória, cadastrados/as no Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU) da Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana a fim de se entender a relação com a prática da agricultura.

As entrevistas foram realizadas no formato presencial, consentidas e respeitando os cuidados necessários devido à pandemia de COVID 19. Para nortear a conversa com os agricultores e agricultoras, utilizou-se como referência as perguntas motivadoras descritas abaixo:

1 - Nome completo

2 - Idade

3 - Raça/Cor

4 - Desde quando você planta?

5 - Quem te ensinou a plantar?

6 - Ao longo da sua vida, você morou em casa com quintal? Quais são as suas lembranças desses espaços?

7 - Hoje você reside em um espaço com quintal?

8 - Você sente falta de espaços dentro de casa ou próximo para plantar?

9 - O quê você planta?

10 - Porque você planta?

11 - O que você acha do governo local, no caso a prefeitura, em ceder espaços para a população plantar?

Com as informações organizadas foram elaborados gráficos e sistematizados as falas e dados do CM-AU, conectando com as leituras realizadas acerca do tema. Buscou-se na narrativa elementos para interligar conteúdos e significados correlacionados com a ancestralidade e sua influência na prática da AU.

5 ANÁLISE E RESULTADOS OBTIDOS

5.1 Quem são os agricultores urbanos: Sujeitos da ação coletivo na cidade de Belo Horizonte

A partir do conceito de AU, adotado por este estudo, agricultores/as urbanos/as são todos aqueles que praticam atividades para produção de alimentos em terrenos situados em espaços urbanos. Seus objetivos variam conforme a necessidade de cada grupo ou indivíduo, permeando o autoconsumo, a contribuição na geração de renda, o aumento da qualidade de vida e alimentar, a terapia ocupacional e a ressignificação das cidades.

Atualmente, segundo o CM-AU, têm-se cadastradas e atendidas pela PBH, através da Susan 45 unidades produtivas coletivas comunitárias. Essas unidades são geridas por coletivos de agricultores e agricultoras urbanos/as de pelo menos 3 núcleos familiares diferentes. Este capítulo pretende descrever a diversidade do perfil desses agricultores, perpassando por características como raça, gênero, naturalidade, escolaridade e etc.

A base de dados cedida pela Susan contém informações de 153 agricultores, de 26 unidades produtivas coletivas comunitárias, no período entre 2018-2020. Os dados analisados foram sistematizados por temas com informações qualitativas e quantitativas, com a finalidade de se compreender o cenário dos perfis de agricultores/as urbanas do município de Belo Horizonte no período observado (2018-2020).

A partir da análise do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU), observa-se que há uma diversidade de perfis dos/as agricultores/as urbanos/as. Isso corrobora com a literatura quando a mesma aponta a AU como uma prática que comporta uma multiplicidade de sujeitos independente da raça, gênero e idade, ou objetivo daquela produção.

Apesar de trabalharmos nesse estudo com o universo de 153 agricultores, passou de 300 o número de agricultores/as que são beneficiários/as da Política

de fomento à AU da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Susan) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Os 153 Agricultores/as Urbanos/as de Belo Horizonte, atendidos pela Susan e cadastrados no CM-AU, no período entre 2018 e 2010 são cidadãos com idades que variam de 16 a 92 anos. Destes, segundo o CM-AU muitos são estudantes, trabalhadores e aposentados que descobriram na AU a oportunidade de praticar a agroecologia, modificar a cena urbana, produzir o seu próprio alimento, complementar a renda e cuidar da saúde mental. Todos esses agricultores fazem parte de Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias, e a organização dos coletivos varia de acordo com a demanda de cada grupo. Seus interesses e condições implicam em suas escolhas de praticar a AU em glebas individuais ou em canteiros compartilhados. De modo geral existe grande diversidade no modo do fazer, na finalidade da produção e na motivação que cada um tem para com a AU.

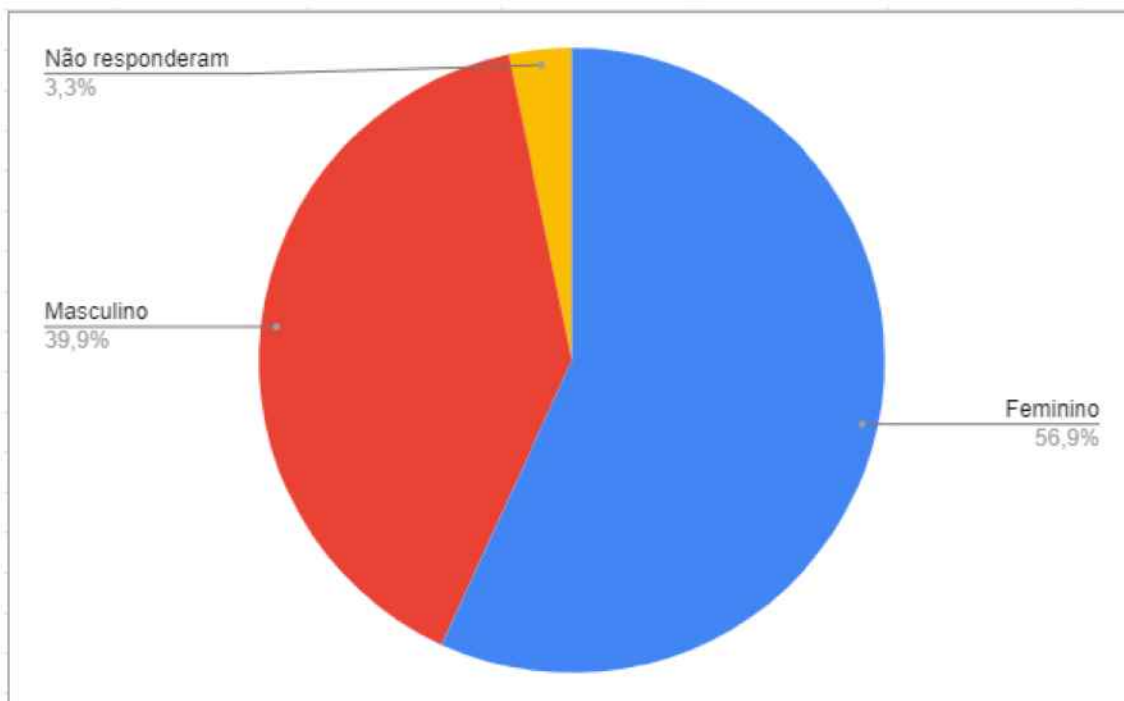
Sobre os motivos do engajamento na prática da AU, alguns alegam em resposta ao CM-AU, que plantam para comer e para dividir com a família, outros doam, outros comercializam, muitos usam dessa atividade para passar o tempo. Além da diversidade de idade, raça e gênero têm-se também diferentes ocupações.

5.1.1 Os agricultores/as urbanos/as segundo o Gênero

Ao analisar os dados do CM-AU, dos 153 agricultores/as que o preencheram, 87 (56,9%) responderam feminino, 61 (39,9%) masculino, 5 (3,3%) não responderam a questão (gráfico 1).

Conforme representado no gráfico 1, no período de 2018-2020, a composição dos coletivos de AU atendidos pela Susan é formada majoritariamente por mulheres.

Gráfico 1 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte
- Gênero



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

Das 87 agricultoras, 58 (66,7%) se autodeclararam negras (soma de pretos e pardos), 19 (21,83%) brancas, 3 (3,45%) amarelas, 1 (1,15%) indígena e 6 (6,9%) não declararam.

5.1.2 Os agricultores/as urbanos/as segundo a Raça

Dos 153 agricultores cadastrados no CM-AU (2018-2020), 35 (22,9%) se autodeclararam 'pretos', 54 (35,3%) se autodeclararam 'pardos', 39 (25,5%) se autodeclararam 'brancos', 4 (2,6%) se autodeclararam 'amarelos', 5 (3,3%) se autodeclararam "indígenas" e 16 (10,5%) não responderam.

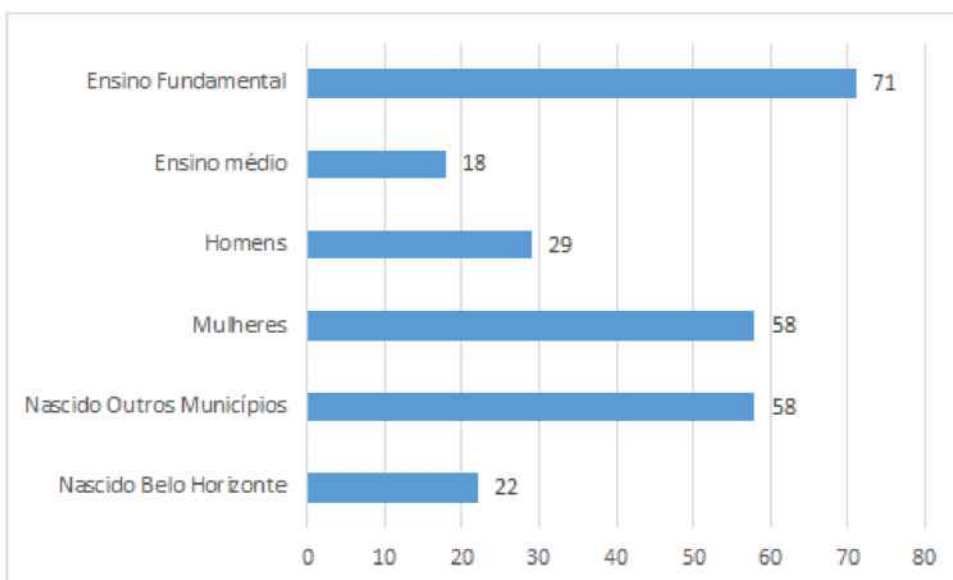
Contudo, a população negra no cadastro corresponde a 89 pessoas, conforme definição do inciso IV, do art. 1º da legislação federal nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial:

População negra é o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (Brasil, 2010, Art. 1º)

Logo, conforme representado no gráfico 2, os coletivos de AU atendidos pela Susan, no período de 2018-2020, tinham mais da metade da composição formada pela população negra, correspondendo ao total de 58,2% dos cadastrados, declarantes pretos e pardos.

Das 89 pessoas autodeclaradas negras (soma de pretos e pardos), no aspecto naturalidade, 22 são de Belo Horizonte, 9 não responderam e as outras 58 são de outros municípios. No que tange ao gênero 58 são mulheres, 29 são homens e 2 não responderam. E no que tange à escolaridade, 16 concluíram o ensino médio, 18 não responderam e os outros 71 cursaram o ensino fundamental, ou parte do ensino médio. Essa composição foi expressada no gráfico 2.

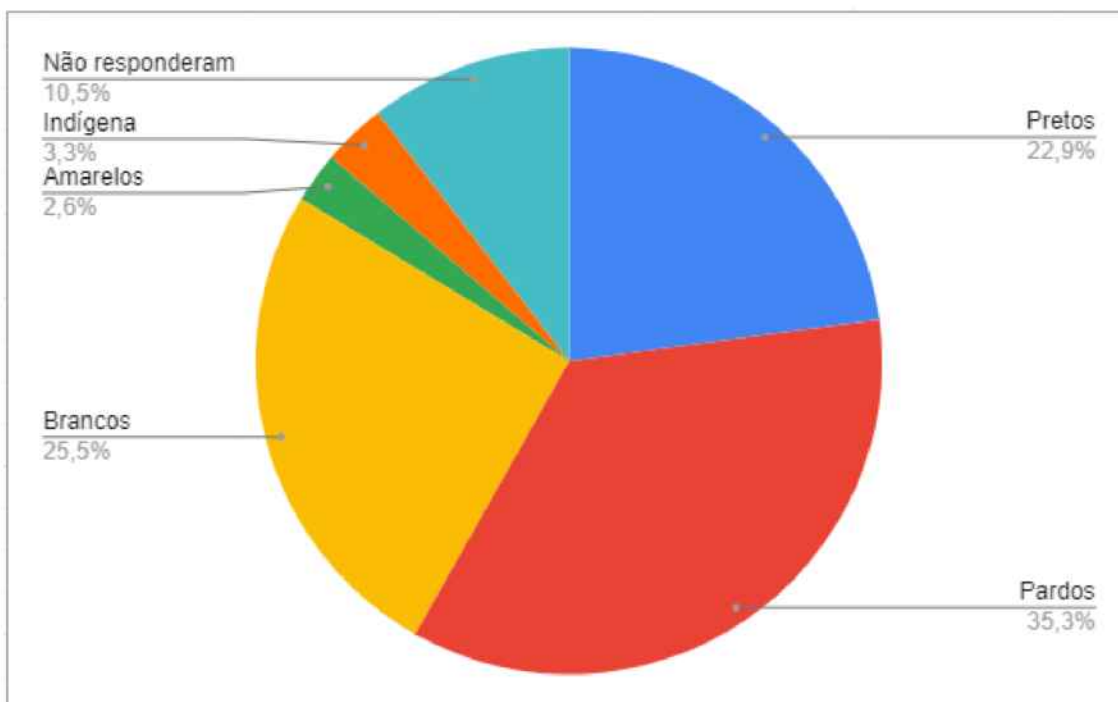
Gráfico 2 - Perfil social e de gênero dos agricultores/as urbanos/as autodeclarados negros no CM-AU amostragem de 89 pessoas 2018-2020.



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

De forma comparada entre os perfis com recortes raciais dos agricultores/as urbanos/as estudados, pode ser visto no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte - Raça



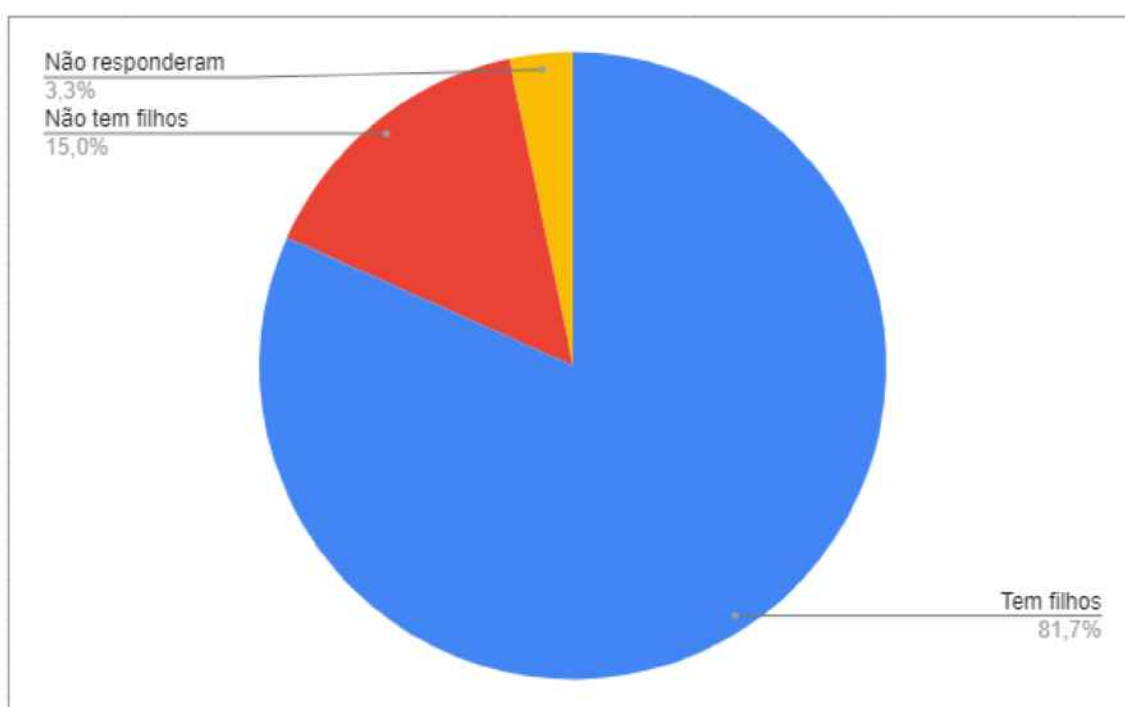
Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

5.1.3 Os agricultores/as urbanos/as segundo a composição familiar: Filhos

Segundo o CM-AU, a maioria dos indivíduos que compõem os coletivos de AU, cadastrados e atendidos pela SUSAN, no período de 2018-2020 declararam ter filhos. Dos 153, que responderam, 125 (81,7%) têm filhos, sendo a média de 2 filhos por pessoa, variando de 1 a 11 filhos. 23 (15%) dos agricultores/as declaram não ter filhos, e 5 pessoas não responderam, conforme representado no gráfico 4.

Este dado demonstra que a política contribui para o combate à insegurança alimentar e nutricional (Insan) da família, e possivelmente de nível grave (correspondente àquelas famílias onde a fome atinge crianças e adolescentes menores de 18 anos)) por acolher famílias com essa faixa de idade em sua maior parte dos beneficiários.

Gráfico 4 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte - Filhos



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

Dos 125 agricultores/as que responderam ter filhos, 70 (56%) se autodeclararam pretos ou pardos.

5.1.4 Os agricultores/as urbanos/as segundo a origem campo / cidade: Naturalidade

Segundo o CM-AU, dos 153 agricultores/as urbanos/as 15 (9,8%) não responderam e 138 responderam, conforme representado no gráfico 5. Dos que responderam 41 (26,8%) são nascidos em Belo Horizonte - Minas Gerais, e os outros 97 (63,4%) nasceram em outros municípios e até estados, com registros de várias localidades conforme demonstrado na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Origem de 97 agricultores/as urbanos/as de Belo Horizonte, do CM-AU PBH 2018-2020.

Município/Estado	Região	Quantidade
Córrego D'Água - BA	Centro Sul Baiano	1
Lagoa da Prata - MG	Centro-Oeste de Minas	1
Aracaju - SE	Leste Sergipano	1
Riachão do Jacuípe - BA	Nordeste baiano	1
Barra de São Francisco - ES	Noroeste do Espírito Santo	1
São Gabriel da Palha - ES	Noroeste do Espírito Santo	1
Brasília de Minas - MG	Norte de Minas	2
Itanhem - BA	Norte de Minas	2
Lassance - MG	Norte de Minas	1
Rubelita - MG	Norte de Minas	1
Salinas - MG	Norte de Minas	1
Bocaiuva - MG	Norte de Minas	1
Coração de Jesus - MG	Norte de Minas	2
Engenheiro Navarro - MG	Norte de Minas	1
Januária - MG	Norte de Minas	1
Perdigão - MG	Oeste de Minas	1
Bituri	Região Central de Minas	1
Corinto - MG	Região Central de Minas	1
Baldim - MG	RMBH	1
Betim - MG	RMBH	1

Bonfim - MG	RMBH	1
Caeté - MG	RMBH	1
Contagem - MG	RMBH	2
Ibirité - MG	RMBH	1
Itabira - MG	RMBH	2
João Monlevade - MG	RMBH	1
Nova Era - MG	RMBH	1
Nova Lima - MG	RMBH	1
Passabém - MG	RMBH	1
Pedro Leopoldo - MG	RMBH	1
Ribeirão das Neves - MG	RMBH	1
Rio Manso - MG	RMBH	1
Santa Bárbara - MG	RMBH	1
Barbacena - MG	Serra da Mantiqueira	1
São José do Egito - PE	Sertão Pernambucano	1
Guiratinga - MT	Sudeste Mato-Grossense.	1
Ubatã - BA	Sul Baiano.	1
Cachoeira do Itapemirim - ES	Sul Espírito-Santense	1
Cachoeira Dourada - MG	Triângulo / Alto Paranaíba	1
Capinópolis - MG	Triângulo / Alto Paranaíba	1
Almenara - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Itamarandiba - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Jequitinhonha - MG	Vale do Jequitinhonha	2
Joaima - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Milho Verde/Serro - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Novilhona - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Pedra Azul - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Rio do Prado - MG	Vale do Jequitinhonha	1
Santo Antônio do Jacinto - MG	Vale do Jequitinhonha	2
Serro - MG	Vale do Jequitinhonha	1

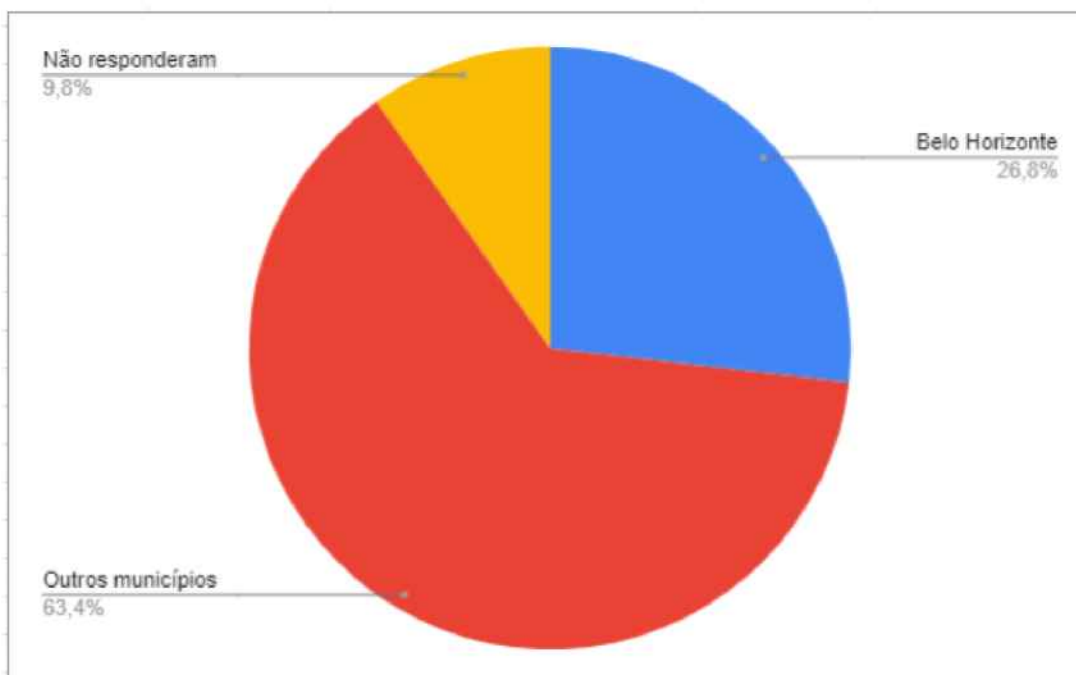
Águas Formosas - MG	Vale do Mucuri	1
Carlos Chagas - MG	Vale do Mucuri	1
Ladainha - MG	Vale do Mucuri	1
Nanuque - MG	Vale do Mucuri	2
Barra do Ariranha - MG	Vale do Rio Doce	1
Belo Oriente - MG	Vale do Rio Doce	1
Cantagalo - MG	Vale do Rio Doce	1
Caratinga - MG	Vale do Rio Doce	1
Coronel Fabriciano - MG	Vale do Rio Doce	1
Governador Valadares - MG	Vale do Rio Doce	1
Ipatinga - MG	Vale do Rio Doce	1
Itambacuri - MG	Vale do Rio Doce	2
Itanhomi -MG	Vale do Rio Doce	1
Sabinópolis - MG	Vale do Rio Doce	2
Santa Maria do Suaçuí - MG	Vale do Rio Doce	2
São Geraldo do Baixio - MG	Vale do Rio Doce	2
São João Evangelista - MG	Vale do Rio Doce	1
São José do Divino - MG	Vale do Rio Doce	1
São Sebastião do Maranhão - MG	Vale do Rio Doce	1
Sapucaia do Norte - MG	Vale do Rio Doce	1
Tarumirim - MG	Vale do Rio Doce	1
Virginópolis - MG	Vale do Rio Doce	1
Abre Campo - MG	Zona da Mata	1
Jequeri - MG	Zona da Mata	2
Matipo - MG	Zona da Mata	1
Ponte Nova - MG	Zona da Mata	1
Rio Vermelho - MG	Zona da Mata	1
Santa Cruz do Escalvado - MG	Zona da Mata	2
Santa Margarida - MG	Zona da Mata	2
São Geraldo - MG	Zona da Mata	1

São Pedro dos Ferros - MG	Zona da Mata	2
Total		97

Sendo as mais expressivas Vale do Rio Doce, com 22 registros, RMBH com 17 registros, Zona da Mata com 13, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, com 12 cada.

Destaco ainda, que os registros de outros estados são de regiões do sudeste (ES), nordeste (BA e PE) e centro oeste (MT) do país, nenhum município do sul do Brasil.

Gráfico 5 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte - Naturalidade



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

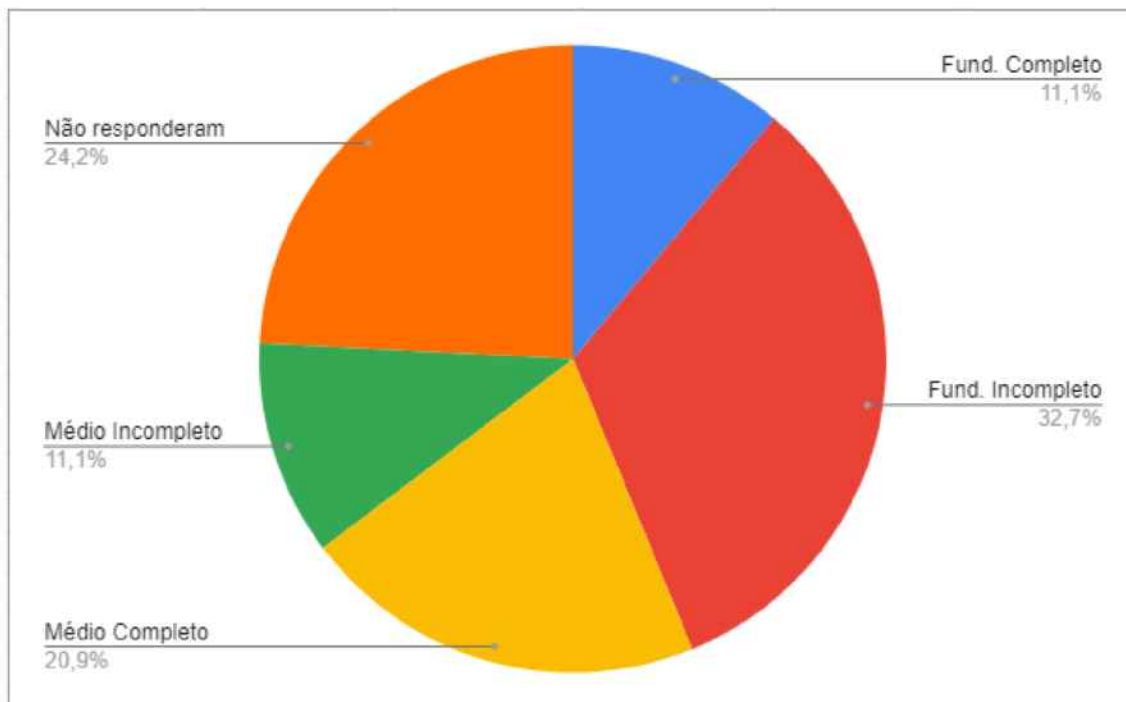
Conforme supracitado, as regiões de mais incidência foram Vale do Rio Doce, RMBH, Zona da Mata, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

No que tange a raça, somente na RMBH tem mais pessoas autodeclaradas brancas (8) em relação a negras (5), nas demais regiões o número de pessoas autodeclaradas negras foi maior do que as brancas, indígenas e amarelas. Principalmente nas regiões do norte de minas e vale do jequitinhonha.

5.1.5 Os agricultores/as urbanos/as segundo o Grau de Escolaridade

Segundo os dados analisados do CM-AU, dos 153 agricultores urbanos que responderam, 50 (32,7%) têm ensino fundamental incompleto, 17 (11,1%) ensino fundamental completo, 17 (11,1%) ensino médio incompleto, 32 (20,9%) ensino médio completo, e 37 (24,2%) não responderam (gráfico 6). Este dado diz sobre a diversidade do perfil relacionado ao nível de instrução escolar formal dos agricultores/as de Belo Horizonte. Os dados demonstram o quanto a AU é inclusiva e expressiva para grupos com baixa formação, compostos por aqueles com nível de ensino fundamental e médio incompletos. Esse é um dado importante, quando se considera a categoria Educação como fator de exclusão ou dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, em que a AU contribui positivamente para oportunidades reais de acesso ao trabalho, renda e a alimentação das famílias menos escolarizadas.

Gráfico 5 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte - Escolaridade.



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

Dos 32 agricultores/as que concluíram o ensino médio, 16 (50%) são pretos e pardos, 11 brancos (34,7%), 1 (3,13) amarelo, 2 (6,25%) indígena e 2 (6,25%) não responderam.

5.1.6 Os agricultores/as urbanos/as segundo a Renda

Sobre a renda dos indivíduos que compõem os coletivos de AU, atendidos e cadastrados pela SUSAN, dos 153, 95 (62,1%) responderam que possuem algum tipo de renda, 45 (29,4%) não possuem, e 13 (8,5%) pessoas não responderam, conforme o gráfico 7.

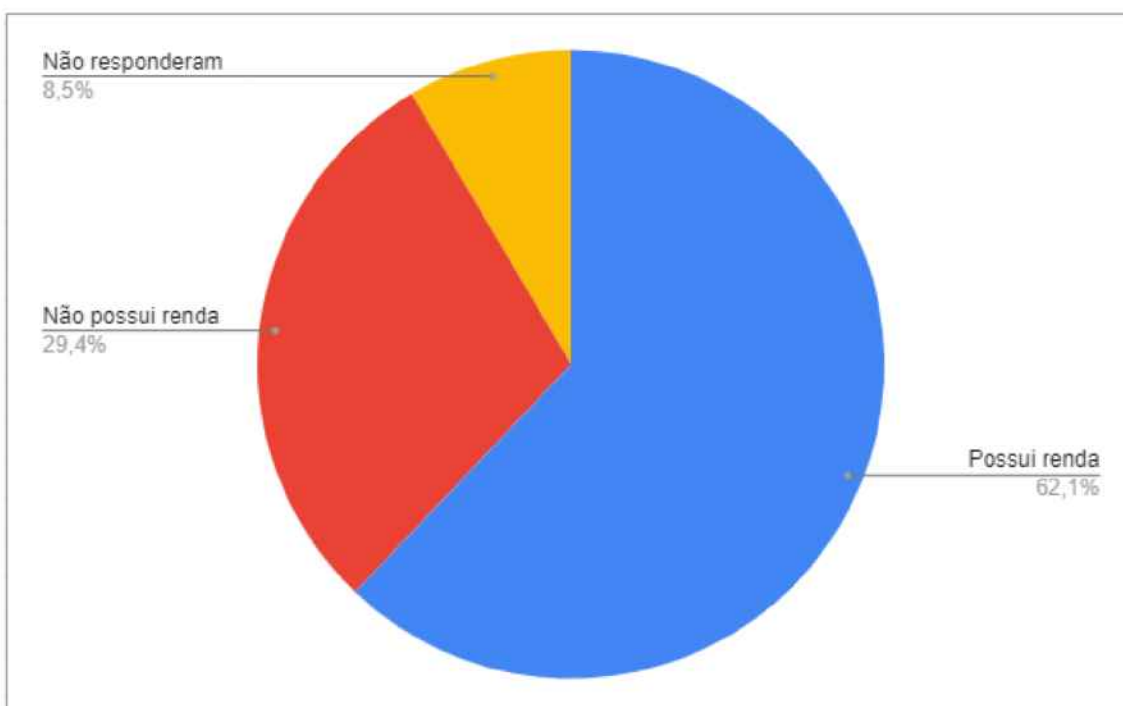
Os 62,1% que declararam possuir alguma renda, citam fontes como: empregos formais e informais, trabalho autônomo, aposentadoria e pensão.

Quando relacionados à prática de AU, dos 153 cadastrados, 23 (15,03%) responderam que a renda é proveniente da produção agrícola, 106 (69,28%) responderam que possuem outras fontes de renda e não consideram a AU como a principal e 24 (15,69%) não responderam. Pode-se afirmar que através

dos dados analisados que a renda advinda da AU, majoritariamente é complementar às demais.

Este dado mostra que a AU é uma das atividades exercidas pelos agricultores/as urbanos/as, cuja dedicação a essa prática não é necessariamente a atividade econômica exclusiva dos mesmos, geralmente se enquadrando como uma atividade secundária e complementar, o que representa a condição de 69,28% dos indivíduos analisados.

Gráfico 7 - Composição dos Coletivos de Agricultura Urbana de Belo Horizonte - Renda



Fonte: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (2018-2020)

Dos 95 agricultores/as que declararam possuir alguma fonte de renda, 52 (54,7%) se autodeclararam negros, e 31 (59,62%) destes, na composição familiar, representam a maior renda, sendo destas 5 (16,13%) provenientes da AU e 3 somadas com aposentadoria, pensão e emprego informal. E dos 52 autodeclarados negros, 32 (61,53%) são mulheres, 18 (56,25%) homens, e 2 (6,25%) não responderam.

5.2 A vida e trajetória dos agricultores urbanos por detrás da ação coletiva

Costumo dizer que a couve não se planta só. Isso porque geralmente quando se pensa nos insumos essenciais para implantação de uma unidade produtiva, chega-se em elementos como: espaço, terra, água, sementes, ferramentas e mudas. De fato, os itens supracitados são fundamentais para a implantação de hortas, mas sem o elemento humano, a couve não se planta.

Nesta seção traremos um pouco das identidades captadas de 8 agricultores/as por meio de entrevista e visita de campo voltados ao objetivo da pesquisa. Essa parte do trabalho buscou identificar o indivíduo “o Ser Agricultor/a” e suas especificidades, condições, e motivações mais detalhadas por trás da ação coletiva que alimenta a política de fomento à AU gerenciada pela Susan. No momento da entrevista em que as perguntas motivadoras tinham a finalidade de entender a conexão dos agricultores com a prática de AU, obtivemos também informações sobre a trajetória, a criação, a saudade do caminho percorrido, a família e sobre amizade.

No item 5.2.1, que trata da identidade racial e a agricultura, traremos a sistematização das informações obtidas através das entrevistas, relacionadas a autodeclaração racial, as identidades familiares e a relação com a prática de AU.

Já no item 5.2.2, referente à mobilidade espacial, será abordado de onde os agricultores e suas respectivas famílias vieram, como e porque escolheram Belo Horizonte e o que fazem atualmente.

No item 5.2.3, concernente à AU em suas vidas, se trata dos perfis cognitivos e motivacionais dos agricultores, a fim de evidenciar a relação entre a AU e a ancestralidade, e sua inserção a AU como estratégia de SAN para os/as agricultores/as urbanos/as de Belo Horizonte. Ainda neste item, tem-se a colaboração dos/as agricultores/as sobre as melhorias que gostariam para as unidades produtivas por parte do poder público.

Por fim, no item 5.2.4, tratamos com a Política pública e a AU sobre o prisma dos agricultores/as urbanos/as, em que os mesmos trazem seus olhares sobre a importância e necessidades de avanços.

As análises realizadas nos dão um panorama do perfil socioeconômico com recortes de gênero e de raça de um conjunto de agricultores (as) urbanos(as), o que nos evidencia a significativa existência desses sujeitos, atores ativos na produção de alimentos em meio ao tecido urbano. Mas quem são esses sujeitos em suas essências? Quais são suas histórias, e como elas se entrelaçam com a prática da AU em seus percursos de vida?

Os/as agricultores/as entrevistados/as apresentam diversidade de percursos de vida, mas com interconexões de casualidades, sobretudo, no que tange à mobilidade espacial do rural para o urbano, bem como social, da atividade urbana para uma tipicamente rural, nesse caso, a agricultura.

O grupo de entrevistados compõe-se de 6 mulheres negras, portanto, todas autodeclaradas pretas e pardas, com idades entre 52 e 66 anos, todas mães. No que tange aos homens, foram entrevistados 2 homens negros, com idades 65 e 70 anos, ambos com filhos e aposentados.

Eles fazem parte de duas Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias atendidas pela Susan: Horta Comunitária Vila Pinho, localizada na região do Barreiro, uma das mais antigas e Horta Comunitária Coqueiro Verde que é uma agrofloresta com 16.000m² - a maior das Unidades Produtivas - localizada na região nordeste de Belo Horizonte.

Com esse panorama, passaremos à origem dos entrevistados. Isto porque, compreender as origens desses agricultores(as) nos traz indícios da ancestralidade, do lugar de vida e da memória. Seus percursos ajudam a moldar os caminhos em direção da AU, cuja chegada é portadora de significados ou de sentimentos cognitivos. Essa subjetividade que os números não mostram, nos interessa conhecer e evidenciar em que medida a AU é uma estratégia de vida ou de sobrevivência para o povo negro e pobre na cidade.

5.2.1 A identidade racial e a agricultura

A identidade racial é um dos temas centrais desta pesquisa. Dos entrevistados, a identificação como negro (entre pardos e pretos) dos declarantes se manifestou de forma tímida, mas todos os 8 se manifestaram como preto ou pardo.

Outras manifestações interessantes sobre a identidade racial foram aquelas, que segundo diversas correntes do movimento do negro, a alternativa parda, ou outras identificações afetas à tonalidades de cor diferente da branca e indígena, mascara a própria afirmação racial da população negra, sem no entanto se declararem brancos. Essa discussão se torna interessante quando se contrapõe marcadores e fenótipos típicos da população negra, mas cuja identificação se apresenta atrelada à fatores culturais e da própria miscigenação social. Sem pretender entrar nessa discussão sobre os motivos, por considerar que ele exige um espaço e outros métodos de abordagem, vale citar como exemplo a auto identificação como “Moreno” dita por um dos agricultores.

Eu sou Moreno, né. De Pedra Azul, Norte de Minas. (Agricultor/a 1).

Ou como no caso da (Agricultor/a 2), que se considera parda, mas reconhece outras origens na família:

Eu sou parda. Tem essa miscigenação na família, de alemão, de negro, de índio, mas eu me considero parda, né? (Agricultor/a 2)

Quando perguntados sobre a ligação entre “quem foram” e “quem são hoje” na relação com a AU, a fim de averiguar vínculos com a ancestralidade negra, os resultados apontam que, no que tange aos valores e modo de fazer, não há uma rápida conexão. A maioria dos agricultores/as entrevistados/as entendem que aprenderam a praticar a AU no decorrer da vida, como é o caso do Agricultor/a 1 ou Agricultor/a 3:

(Quem te ensinou a plantar?) Sei não. Já veio de família, né? Meu avô, minha avó, nós tudo criado em roça. Meu pai e minha mãe eram moreno, morava todo mundo na roça e tudo plantava (...) Lá era roça. Lá eu plantava desde a idade de 15 anos. Eu fui criado na roça, meu pai trabalhava em fazenda, né? Quem me ensinou foi meu pai.

Mas a horta foi aqui. Eu quando eu vim pra aqui eu num sabia não, eu aprendi mais foi com os meninos daqui, Dionísio, Raquel. De horta eu aprendi foi aqui. (Agricultor/a 1)

Já a (Agricultor/a 3) ao responder traz lembranças da mãe, mas entende que aprendeu com os amigos. Quando foi provocada, e um pouco mais, pensativa respondeu:

Deve tá no sangue, né? Não, pra plantar eu aprendi aqui na horta, nunca tinha plantado um pé de alface. Eu vim pra horta, quando começou, né? Eu vinha, olhava assim, passeava, achava interessante, eu vim pra horta, eu tava com 35, 36 anos. Eu morava aqui na região, eu moro aqui na Vila Pinho. (Agricultor/a 3)

(...)

Minha mãe plantava aqui na Vila pinho, minha mãe plantava, é, esses negócio e ainda criava porco, lá em Catas Altas, minha mãe criava porco. Meu sonho é ter um porquim. Ela plantava pouquinho, ela plantava feijão e mandioca mesmo, e era pra gente comer, e ela ocupava o tempo dela também, né? Quando a agricultora X foi questionada com a frase “então ela teve de onde puxar, que tiveram familiares com trabalhos próximos à agricultura?” Ela concordou dizendo: é deve tá no sangue, né? (Agricultor/a 3)

A (Agricultor/a 5) que se considera parda, acredita que aprendeu na escola, mas também lembrou que era uma prática comum em casa, conduzida pela mãe também parda, costureira e semianalfabeta. Assim ela se lembrava:

Ah, eu nasci na roça, né. Mas eu fiquei na roça mesmo, só na infância. Eu plantava para comer mesmo, eu aprendi no colégio, e sempre plantei minha verdura, pelo menos um pouquinho. A minha mãe plantava horta em casa (...) inclusive quando ela plantava aquela horta que tinha aquele tanto de folha, era eu que saía pra rua pra vender, dentro duma bacia na cabeça. (Agricultor/a 5)

A (Agricultor/a 8), autodeclarada parda, diz que não se lembra de ter sido ensinada, traz em sua fala como algo natural de sua família.

Ninguém me ensinou a plantar, eu acho que tá no sangue, né? Papai e mamãe, sempre plantou e eu sempre vi. Levava almoço pro meu pai na roça e tal naquele sacrifício danado, na terra dos outros, né? Daí tirava o sustento, né? Até minha mãe ficar doente e a gente ter que sair. (Agricultor/a 8)

Já o agricultor mais velho entrevistado, se autodeclara preto e explana sobre a certeza da influência dos povos tradicionais em sua vida:

Essa cor minha aqui eu acho que é preta mesmo, nós dois são, e é um maior prazer, é nós que construí, o branco ficava com o chicote na mão, quem plantou esse café tudo? Cê tá pensando que os primeiros a chegar foram os coronéis? Não, foi o preto, se a gente tem essas lavouras aqui ó, num foi o branco que ensinou a plantar uma banana, nem a mandioca, ele nem sabia de mandioca, foi o preto, num foi? Os preto e os indígenas, esse eu não tiro também, eles que ensinou nós, a cultura deles, foi dessa cor aqui. (Agricultor/a 6)

De acordo com as manifestações e conteúdo das falas dos agricultores, percebe-se que a identidade racial se manifesta na lembrança da atividade agrícola desempenhada com a família e todos relacionam a prática de AU ao autoconsumo, ou seja, uma forma de sustento da família. Assim como a necessidade de sair do interior, em busca de melhores condições de vida nas metrópoles. E conforme supracitado, os/as agricultores/as não fazem logo uma conexão do modo de vida, às questões raciais, mas se convencem, no desenvolvimento do diálogo, que a prática está na família a mais gerações, quando dizem: “deve tá no sangue, né?” o que nos permite fazer a conexão à ancestralidade, sendo AU, prática trazida de gerações, em gerações.

5.2.2 A mobilidade espacial

Conforme indicado no referencial teórico, devido à expansão agrícola, muitas famílias que trabalham no campo ou como arrendatárias, ou como empregadas, precisaram sair das cidades em busca de trabalho e qualidade de vida.

Assim como retratado nos dados analisados do CM-AU, os coletivos de AU do município de Belo Horizonte, atendidos pela Susan, são formados majoritariamente por indivíduos de outros municípios. No caso dos entrevistados 100% são nascidos fora de Belo Horizonte e vieram em busca de trabalho, alguns vieram pequenos com suas famílias, outros já eram jovens, e ambos foram motivados a emigrar pela falta de opção de ficar em suas cidades de origem, tal como relata alguns agricultores/as:

Lá tava difícil, eu perdi mãe com 17 anos, naquela época não tinha emprego, aí eu vim pra cá, morar na casa de parente para conseguir trabalhar. Com 17 anos, eu morava na casa dos tios, lá no bairro Jaqueline. Lá era aluguel, né? vivia mudando, num

plantava não. Aí depois que eu vim pro Paulo VI, aí já era morada própria, né, aí já dava pra plantar alguma coisinha. (Agricultor/a 5)

Tem mais ou menos uns 30 anos que eu tô aqui. Eu morava primeiro no bairro Havaí. Sai de lá casado. Com todo mundo. Vim pra trabalhar. Lá eu era vaqueiro, morava em fazenda, lá eu plantava milho, feijão, mandioca, banana, cana, essas coisas e aqui em belo horizonte na horta eu planto eu couve, cebolinha, alface, essas coisas. (Agricultor/a 1).

Eu vim pra trabalhar, corrida porque meu pai era um homem muito violento, batia muito na minha mãe aí eu vim embora, meu irmão morava aqui, e eu fui busquei minha mãe e deixei meu pai lá sozinho se virando. (Agricultor/a 3)

Primeiro nós moramos no bairro João Pinheiro, aqui na Vila Pinho desde 1990 e nunca mais saí não (...) as casas que eu morei, num tinha quintal assim grande pra plantar não, né? E como a gente era pequena ainda, a gente num tinha muito essa noção de plantio, se dava pra fazer um canteiro de cebolinha. A minha mãe, meu pai, lá nesse interior de Ladainha que a gente morava (...) era tipo uma roça, aí plantava arroz, plantava feijão, mas era mais pra gente comer. Eu aprendi a plantar com eles, plantar, capinar, limpar os espaços que tava com mato, e trouxe pra vida hoje, né? (Agricultor/a 2)

Eu saí de casa não foi pra aqui, foi pra São Paulo, com 17 anos, atrás de melhoria de vida, foi eu e meus dois irmãos mais velhos, eles já estavam lá, e eles vieram passear e me levou e eu acompanhei eles. (Agricultor/a 4)

Eu nasci em Rio do Prado, divisa de Minas com Bahia, sou mais baiana do que mineira. Eu era bem pequenininha quando eu vim pra cá. Eu vim com a família toda pra tratamento da minha mãe, minha mãe teve tuberculose então lá não tinha condições para tratar, aí nós fomos obrigados a vir, né? Veio a família toda, eu minha mãe, meu pai, mais 8 irmãos. (Agricultor/a 8)

Eu vim pra cá com uns 26 anos, nessa faixa, eu vim aqui porque eu vi Belo Horizonte, eu andava muito, eu fui pra São Paulo lá era muito agitado, quando eu cheguei aqui nessa época Belo Horizonte era uma cidade que cê podia andar, cheia de árvores, sabe? Então era uma beleza, você podia andar a noite toda nessa época. Tinha o Cine Santa Efigênia, Alvorada, Dance e Dance, era discoteca, João Balaio, essas coisas. Eu vim porque a cidade era divertida, e era tranquila e era calma. Não tinha esse monte de prédio não. Eu pensei em mim, como pedreiro na época, vou ficar aqui, porque isso aqui vai crescer, aí fiquei. (Agricultor/a 6)

Os que saíram mais velhos do interior chegaram na cidade com algum ofício, já outros aprenderam depois que chegaram e muitas foram as atividades exercidas. Apenas uma das entrevistadas tinha a agricultura como principal fonte de renda, e junto com a família trabalhava em roças e hortas. Os demais aprenderam a prática de AU observando os costumes da família, onde o plantio

sempre estava presente como forma de garantir a segurança alimentar e/ou complemento de renda. Estes não tinham a AU como ofício. A maioria começou a praticar a AU com veemência após terem os filhos criados e/ou após terem se aposentado/as, como nos afirmam os relatos abaixo:

Eu sempre trabalhei com plantação, toda vida, já veio assim, eu fui aprendendo com os outros, mas assim eu já sabia, porque na minha família a gente já nasceu vendo os pais plantando, já veio assim aprendendo, né, plantar, comé que faz a muda, deixa crescer bunitim, a gente escava, mistura esterco na terra pra plantar direitim, sabe? Desde sempre. (Agricultor/a 7)

Até os meus 17 anos eu trabalhava com o meu pai na roça, lá nós plantava de um tudo, hortaliças e feijão, arroz, milho, café. Foi meu pai quem me ensinou. Meu pai era lavrador, meu pai era branco, minha mãe era escura, e ela ajudava na roça também. Meu pai que cuidava mais da horta, nós acompanhava ele, jovem não tem muito juízo, né? Quando eu fui pra São Paulo eu trabalhei de doméstica, casa de família. (Agricultor/a 4)

Trabalhei com construção civil, uns 16 anos, depois que eu aposentei eu fiquei só na horta (...) Meus filhos mesmo foram tudo criado aqui, tudo estudado, um mexe com obra, a outra é enfermeira, e o outro trabalha com auto escola. (Agricultor/a 1)

Eu trabalhava de doméstica, na casa onde eu trabalhava eu aprendi a torrar café, a tirar café, a fazer queijo, a tirar leite. Final de semana ia pra fazenda, aí eu aprendi a tirar carvão. Quando eu cheguei aqui, eu fui trabalhar na casa de um moço que tinha fazenda, aí todo final de semana eu ia pra lá, ajudar o rapaz a colocar lenha no forno. (Agricultor/a 3)

Assim aqui é um complemento, né, eu tenho uma pensão e aqui é complemento. O alimento que eu produzo aqui é pra vender, a gente doa umas coisinha, mas é pra vender. A gente come também, a família come. Come e vende. (Agricultor/a 4)

Eu nasci na roça e fui morar na cidade pra estudar, né? Mas aí eu fiquei lá só até 79, aí depois eu vim pra cá e tal. Aí eu planto. Eu plantava em casa alguma coisinha, mas aí eu entrei aqui. Eu entrei aqui porque eu aposentei, eu tava com tempo e tal, aí eu fiquei sabendo que tava tendo o movimento pra ter essa horta aqui aí eu entrei. (Agricultor/a 5)

Ah eu já fiz de tudo um tiquim, eu já trabalhei fábrica de sapato, de condomínio, de babá, hoje eu sou agricultora (entonação forte) risos. Ah trem. (Agricultor/a 8)

Trabalhava fazendo calcetamento em curral, estrada. Minha família trabalhava com lavoura de cacau, colhia, cacau, num era dono das terras, era trabalhador de roça. Colhia o cacau, essas coisas, né? (...) Eu não aprendi a plantar com eles, eu não passei pra parte de agricultura não, eu passei pra parte de pescaria, e calcetamento, como eu te falei. (...) Mas eles plantavam, e às vezes eu ia e plantava também,

abóbora, é.(...) Eu não peguei como profissão, mas eu acompanhava o que eu via e sabia plantar, eles plantavam no quintal da casa, aí plantava, aí eu gostava, gostava não, eu amo, tanto que eu aposentei e tô aqui. (Agricultor/a 6)

De acordo com as manifestações e conteúdo das falas dos agricultores/as referentes aos seus percursos de mobilidade geográfica traz em evidência as condições de vida no seus locais de origem com frequente alusão ao trabalho pesado executado por pais e mães em que os/as agricultores/as ainda jovens ou crianças ajudavam, atividades essas muitas vezes ligadas ao trabalho agrícola. Todos/as agricultores/as declaram que vieram para as cidades, em busca de trabalho e qualidade de vida. Ao chegarem na cidade, suas mobilidades sociais no meio urbano, os levam aos trabalhos informais ou mais braçais tais como a construção civil ou o cuidado de casas de famílias, trabalhos esses, muitas vezes portadores de irregularidades de demandas e de entrada de recursos financeiros para o sustento da família. Mas apesar da dificuldade vivenciada nas cidades, e da nostalgia trazida nos relatos, eles/as também falam com orgulho da vida que construíram em Belo Horizonte. E alguns relatam que ainda têm saudades da vida nas cidades de origem, mas preferem a que levam hoje na capital.

5.2.3 A AUP nas vidas das agricultoras e agricultores

Por unanimidade, todos os 8 agricultores/as entrevistados/as, quando perguntados da importância da prática da AU em suas vidas, responderam sem titubear, que é tudo de mais importante, enfatizando o quanto a prática mudou a vida de cada um.

Quando aprofundamos um pouco mais tentando descrever o que estão chamando de “tudo”, todos/as eles/as relatam experiências como a garantia da alimentação para as famílias, o complemento da renda familiar, a cura de algumas doenças (3), o descanso e esparecimento que a prática permite e afins. Nos extratos de falas abaixo é possível qualificar o significado de “tudo” emitido pelos agricultores/as à AU:

Ah o que eu acho importante, porque eu acho bom né? Porque cê se diverte aqui, tem suas coisas, tem um dinheirim no fim do mês. (É bom pra cabeça?) Bom, lxi, é comê que eles fala, é terapia, né? É bom demais. Os menino meu vem aqui, pega verdura. É bom demais, num tem defeito nenhum a horta. Só alegria. (Agricultor/a 1)

Tudo, minha filha, é a vida, agricultura e uma coisa que num explicação não, a gente num acha nem palavra pra explicar o que é você plantar, que é você tá dentro da cidade e pensar assim, que eu posso comer uma coisa saudável, que eu planto, levar pros seus netos, igual hoje eu tô levando milho coisa que ela é apaixonada. Tô levando quiabo que eu plantei, então são coisas que não tem explicação, não tem palavras (...) Se num fosse aqui, eu estaria passando fome agora, fia, porque é só essa fonte de renda aqui, num tem outra não. (Agricultor/a 3)

Quando foi perguntado aos/as agricultores/as se sentiam falta de plantar, quando moraram em lugares sem essa opção, a resposta foi sim, levando a vários sentimentos como se segue:

Senti falta. A terra é uma terapia, né? Assim, cê cuida dela, e ela cuida de você. Acho que ela mais cuida da gente (...) se perguntar pra mim, é um prazer, uma satisfação, um, como se diz, a gente se sente realizada, principalmente quando cê planta, cê vê nascer, vê crescer, você come, você vende, você doa pros outros, né, assim, eu amo plantar. (Agricultor/a 2)

A importância é muito boa, né? O aspecto de vida é muito bom. Nós num adoeceu de gripe, né? Graças a Deus nós tamo muito bem. Tem uns perreguim, mas é normal, né? Devido a idade. Mas tá ótimo. Graças a Deus. Minha casa tem quintal, em frente, mas num é aquele quintal, né? É todo cimentado. Tem uns vasilhos de planta mas é planta de enfeite (...) aqui é quase meu quintal, é quase minha casa. Eu fico umas 12h por dia. é uai. (Agricultor/a 4)

Ah hoje, a agricultura, como se diz, serve pra tudo, eu num tô tendo renda quase que nenhuma não, mas eu venho pra cá, e dá uma capinada ali e às vezes desestressa. Eu planto pra comer, levar pra casa e desestressar. Minha família não come de tudo não, mas eu levo. Come mandioca, banana, cebolinha, salsinha. Eu emagreci. Cê lembra como eu era gorda? Eu tinha esteatose que é fígado gordo. Agora zerou. (Agricultor/a 5)

Meu trabalho hoje é aqui. A plantação pra mim é muito importante porque além da gente ter a verdura, ou fruta natural é também uma terapia pra mim. Vem descansa, a gente distrai muito, é uma terapia pra mim. Eu nem compro, aqui eu planto e levo pra casa. (Agricultor/a 7)

Agricultura pra mim é tudo, né? Porque da terra nós tiramos nosso alimento, nossos antepassados tinham os seus primeiros alimentos, né? as raízes. Porque cê acha que tem esse tanto de mandioca aqui. Porque eu amo. Eu planto porque eu gosto de comer bem, alimentação saudável, né? O que eu planto aqui, primeiramente eu como, o que sobrar eu vendo (...) da terra nós tiramos nosso alimento e é terapia também,

né? é bom pra mente, é bom pro físico, é bom pra tudo. Fibromialgia também que eu tenho, né? me ajuda muito. (Agricultor/a 8)

Aí eu me aposentei e entrei em depressão (...) Aí vocês fizeram o projeto aqui, e eu entrei no projeto (...) sempre buscando um lugarzinho pra plantar, plantar, na beira de casa (...) Ah eu planto é um alimento saudável, e outro, eu como esse alimento daí, principalmente eu com essa idade eu tenho que comer uma coisa saudável, né? Eu num sei que procedimento tem aquela verdura de lá (...). Eu levo pra casa, eu vendo. É um complemento da renda. Isso aqui desestressa a gente. Se ocê plantar um pé de couve, que nem eu plantei salsinha hoje, já me desstressou, tá entendendo? (...) E nós tão na beira da cidade, nós temos posto médico ali, tem escola aqui. Tá na cidade e tá no campo ao mesmo tempo, isso é o bom da história. (Agricultor/a 6)

De acordo com o conteúdo das falas dos agricultores/as referentes a AU em suas vidas, a mesma se apresenta em termos cognitivos, sociais e estratégicos.

Como representação cognitiva, como é o caso de rememoração, reconhecimento da ancestralidade e sentimentos resultantes da prática, são percebidos nas palavras como prazer, satisfação, antepassados, realização e gratidão.

Como importância social surgem em seus discursos referências à termos de cunhos sociais (relações e trocas, sociabilidade, reconhecimento social e pelo poder público) que são palavras emitidas, correlacionando a relação da prática com o atual trabalho, diversão e desestresse.

Como significância estratégica (acesso à renda, à comida e à saúde) essas são percebidas nas palavras como terapia, alimento saudável, verdura e fruta natural, e complemento de renda e alimentação familiar.

5.2.4 A Política pública e a AU sobre o prisma dos agricultores/as urbanos/as

A AU em Belo Horizonte é fomentada por políticas públicas, cujos entrevistados são beneficiários. A importância da política pública e a forma como ela se apresenta para os beneficiários, seja em termos positivos seja em termos de falhas, foram ressaltadas no âmbito dessa entrevista. Assim, no que tange ao

olhar dos agricultores/as sobre a ação pública, temos diversas opiniões a partir de seus lugares de fala e experiências de vida, tal como se segue:

Eu acho que as prefeituras tem muitos locais abandonados, que eles poderiam falar assim, aqui ó tá abandonado você mora aqui perto, quer plantar?, eu te ajudo, né? Porque aí todo mundo teria uma hortinha no quintal de casa, na rua, mas é um quintal, é o meu quintal, onde é o seu quintal, ah o meu quintal fica ali ó, perto da casa do vizinho, é, num é? ó! (...) Eu considero, aqui é o meu quintal, onde é o seu quintal, o meu quintal é na horta comunitária, lá do outro lado. (Agricultor/a 3)

Nós poderíamos ganhar mais semente, ganhar adubo, esterco que é muito caro pra nós, a gente por não utilizar agrotóxico, a gente compra o esterco, compra a terra adubada, nós fazemos a compostagem, num joga nada fora, tudo reaproveita e eu acho que essas coisas assim que a gente nem contabiliza, mas precisa e se contabilizar a gente fica até meio chateada porque a gente gasta mais do que ganha, a gente ganha na alimentação, mas assim tem muito gasto. (Agricultor/a 2)

Então hoje eu acho que nós tá precisando muito de uma cobertura de solo, né? O solo aqui tá meio pobre e muito duro e um projeto de irrigação, pra gente manter a horta molhada, eu acho que produziria mais. (Agricultor/a 5)

A gente tá precisando aqui de melhorar a irrigação. É água. Nós tão precisando de uma irrigação melhor pra ver se melhora a terra. (Agricultor/a 7)

Ajudaria muito se o governo liberasse a gente fazer pelo menos um comodozim de alvenaria, que a gente pudesse passar um final de semana, não pra morar, mas pra ter um confortozim, trocar uma roupa. Um comodozim só. Pra mim seria um pedacim da glória. (Agricultor/a 8)

O Governo podia olhar mais por essa parte aqui e dá, porque essa terra não é nossa, nós faz a plantação, então que que ele podia fazer? Olhar para nós e dar o que a gente precisa, um poço artesiano, por exemplo, é muito bom. Então o que o governo podia era dar um benefício também, se a gente tá tomando conta, nós não são donos da terra, mas tamo tomando conta e podia ter um salariozinho, né? Pra que? Pra gente poder comprar o adubo, um saco de adubo (...) então se uma ajuda de custo ele desse gente, era muito bom, incentivava, porque nós num tem título da terra, então nós tamo tomando conta da terra pra ele. A gente ia poder comprar os insumos, num ia precisar esperar doação, e nem tirar da aposentadoria, e podia tirar do benefício. (Agricultor/a 6).

Os/as agricultores/as demonstraram que a política pública de apoio à agricultura urbana é importante, como demonstrado em trechos de fala como: “*eu amo isso aqui*” ou é “*tudo pra mim*”. Todavia eles relatam também neste item as dificuldades enfrentadas, como o exemplo da falta de sistema de

irrigação, insumos e estrutura de alvenaria para o maior conforto de quem trabalha no dia a dia da produção.

Para o avanço das políticas públicas para a AU, os agricultores sinalizaram a necessidade de investir em doação de mais insumos, garantia de acesso à água, que hoje é paga pela Susan, e que na falta deste fomento, eles não têm como arcar com o custo. Além disso, eles apontam para a necessidade de criar processos mais fáceis de acesso a terrenos públicos ociosos e até a criação de um benefício para incentivar a permanência dos agricultores/as nas unidades produtivas. Por fim, e com todos os percalços, a Política Pública se mostra imprescindível por proporcionar oportunidade de praticar AU no município de Belo Horizonte, em lotes públicos ociosos próximos à casa dos agricultores/as, que são tidos por eles/as como os quintais das próprias residências e, com o fomento, podem gerar alimento saudável e renda.

6 CONCLUSÃO

Com base nas leituras bibliográficas de trabalhos científicos, pesquisas e sistematização das informações contidas no banco de dados da PBH concernentes à AU neste município, e entrevistas com agricultores/as, pôde-se concluir que a prática da AU e periurbana infere na vida dos praticantes de maneira significativa. A maioria dos/as entrevistados/as ao responder sobre a importância da AU relacionaram a atividade com estar vivo, dizendo que plantar era tudo pra eles, e que não poderiam imaginar a vida sem a agricultura. Uma das agricultoras entrevistadas, no momento de responder essa pergunta, parou para refletir, olhou com atenção nos meus olhos e disse: *“Tudo, minha filha, é a vida, agricultura e uma coisa que num explicação não, a gente num acha nem palavra pra explicar o que é você plantar (...)”*.

Segundo os dados analisados do Cadastro Municipal da Agricultura Urbana, cedidos pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte, a maioria dos coletivos que gerem as Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias é composta por mulheres.

Dado esse que corrobora a divisão sexual dos trabalhos no campo, onde geralmente as hortas ficam nos quintais e mais próximas às casas e são cuidadas por mulheres. Conforme diz um estudo realizado por Almeida Et. al (2014) cuja a conclusão foi de que a decisão de implantação e o cuidado com os quintais produtivos, se davam principalmente pelas mulheres, com os objetivos como autoconsumo e diversificação alimentar, ornamental, medicinal, ambientação, lazer, e complemento de renda.

Outra conclusão que se pode afirmar a partir dos dados apresentados é de que a maioria dos agricultores e agricultoras urbanos/as são de outros municípios a busca de melhor qualidade de vida, conforme apresentado neste estudo, em consonância com Arruda (2006), quando o mesmo discute a expansão agrícola demonstrando que o êxodo rural foi significativo e muitas famílias se mudaram para as metrópoles em busca de empregos e qualidade de vida.

A maioria dos agricultores entrevistados já teve contato com plantio de gêneros alimentícios em algum momento da vida. Têm lembranças dos pais e da vida interiorana e contam que os pais trabalhavam em roça. Alguns trabalhavam juntos, outros observavam, mas ao serem indagados sobre como aprenderam ou quando iniciaram, respondem que o início foi ao entrar nos coletivos e nas respectivas hortas urbanas comunitárias. Muitos não fazem a conexão, diferente da hipótese dessa pesquisa, de que aprenderam a prática da agricultura com os antepassados e sim com os colegas dos coletivos, mas que contudo, ao longo de suas narrativas essa ligação torna-se evidente, porém ainda inconsciente. Outro ponto interessante a ser observado, e que afasta a consciência da relação da vivência com os ancestrais com as suas atividades atuais é a diferenciação que fazem dentro da agricultura a partir das culturas que cultivam. Eles dizem ser muito diferente o manejo das hortaliças e o manejo das culturas anuais, como feijão, abóbora, milho, justamente aquilo que foi aprendido com os pais e familiares.

Outra observação importante trazida nas falas dos entrevistados é sobre o impacto positivo que as Unidades Produtivas têm na comunidade, tanto na prevenção de incêndios e cuidado com o terreno, como na alimentação da

população do entorno, que quando periférica tem menos condições de acesso a alimentação de qualidade, como diz um dos agricultores entrevistados:

“Aqui é a periferia, aqui não é o Belvedere, nem Santo Antônio, o povo chega aqui com 2 real nós tem que vender, é pra comer, né? Chega gente aqui com um real na mão, cê tem que vender, é pra alimentar, né?” (Agricultor/a 6)

Conforme relatado pelos agricultores e agricultoras urbanos/as entrevistados/as a AU é uma prática significativa na vida de cada um, seja nos aspectos de garantir o acesso à alimentação adequada, seja para complementar a renda familiar e ou manter a sanidade mental. Faz-se importante portanto, conforme objetivo e hipótese complementar dessa pesquisa, a inclusão, fortalecimento e permanência de políticas de AU e cessão de terrenos públicos para produção de alimentos agroecológicos nas metrópoles, corroborando com Ribeiro (2013) que afirma que a ampliação de investimentos e criação de políticas públicas para AU contribui para que as iniciativas tenham incidência e conseqüentemente possibilitem a promoção de saúde, SAN, geração de renda e trabalho para população. Em termos raciais, essa pesquisa aponta que a política de AU deve cada vez mais ter esse olhar sobre a ancestralidade como resgate e valorização da cultura e dos saberes populares da população negra, bem como, criar ações de busca ativa para mobilizar a participação dessa população nas atividades de AU. Essa seria uma forma de inclusão cada vez mais progressiva dessa população, que de forma ainda significativa, encontra-se, dentro os segmentos de nossa sociedade, na pior situação de vulnerabilidade social e portanto em Insan.

Portanto, esse estudo, reforça a importância, todavia e especialmente, de se considerar o recorte racial. Tendo em vista, conforme relatado em entrevista, a importância dos espaços de produção para o povo preto, e a frequente e histórica marginalização desse povo, e a escassez desses espaços em suas residências. Não obstante, a AU oferece oportunidades interessantes para a população negra num momento em que a problemática do acesso à alimentação nas cidades se coloca como um desafio de nossa modernidade. Embora a cidade de Belo Horizonte já tenha uma grande expertise por este tipo

de agricultura, há ainda muitos desafios a enfrentar para lhe permitir desempenhar um papel socioeconômico mais importante com maiores inclusões da população em vulnerabilidade social. Isso porque, no geral, a AU expressada pelo/as agricultores/as está mais associada a uma dimensão de alimentação, seguida pelo prazer e possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, a dimensão social tem um papel importante e deve ser potencializada com projetos para manter a agricultura nas cidades porque tem um papel cultural, ambiental ou na paisagem. E neste trabalho, foi colocado luz não somente na capacidade da AU reconectar cidadãos à natureza, mas sobretudo, reconectar os agricultores/as negros/as a suas ancestralidades, tão rica em saberes e práticas alimentares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.A.O. **ISTO E AQUILO: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. (Tese de Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA J. A. T; NORONHA C. R. B; BRITO E. R. P; FARIAS A. R. B; ANDRADE H. M. L. S. **A Invisibilidade Parcial do Trabalho Feminino no Campo das Atividades Produtivas**. 18° REDOR. Recife, 2014

AQUINO, A. M; ASSIS, R. L; Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Anppas / Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, 2007

AQUINO, A. M; MONTEIRO, D; **Agricultura Urbana**. Cáp.: 8. Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF, 2005.

ALVES, E; SOUSA, G. S; MARRA, R; Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, n. 2, Abr./Maio/Jun., p. 80-88, 2011

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília, 2014.

CURAN, R. M; MARQUES, P. E. M; **Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática**. Estudos Avançados, 2021

CRIBB, S.L.S.P; CRIBB, A. Y. **Agricultura Urbana: Alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental**. Apresentação oral para o 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

DIAS, D. R; MAGALHÃES, B; Política de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte: vinte e sete anos de história. **Revista Alimenta**, Belo Horizonte, MG, vol 1, fev., p. 6-8, 2021.

FERREIRA, R.J. **Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas: Contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. (Tese de Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GOMES, A.M.S. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande**

BH. (Tese de Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

IBGE, 2010. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/26504>> Acesso em 14/04/2022.

KERN, B. C. A. **AGRICULTURA URBANA: Uma análise de unidades produtivas coletivas e comunitárias em Belo Horizonte.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

PNAD, 2015. IBGE Educa, Pesquisa Nacional por amostra em domicílios <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana>> Acesso em 14/04/2022

PEREIRA, J. A. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX).** Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

MELO, L.P. **Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP.** Publicação para o 7º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, Maceió, 2016.

MOTTA, Vivian Delfino. **Por Uma Agroecologia Antirracista.** Cadernos de Agroecologia. Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Vol. 15, N° 3, 2020

OLIVEIRA, A. B. **A Influência de selos de certificação de qualidade na decisão de compra de alimentos.** Trabalho de conclusão do curso de graduação em Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2012.

RIBEIRO, S, M. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: A experiência do projeto colhendo sustentabilidade - Embu das Artes - SP.** São Paulo, 2013.

PNUD, 2021.

<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-11-sustainable-cities-and-communities.html>> acesso em 25/09/2021

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

[<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/col-etivas-e-comunitarias#:~:text=Unidades%20Produtivas%20s%C3%A3o%20espa%C3%A7os%20de,potencializar%20a%20coletividade%20nas%20comunidades.>](https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/col-etivas-e-comunitarias#:~:text=Unidades%20Produtivas%20s%C3%A3o%20espa%C3%A7os%20de,potencializar%20a%20coletividade%20nas%20comunidades.>) acesso em 10/03/2022

SILVA, A. D. **A construção de políticas públicas para a sustentabilidade urbana.** Revista Geográfica de América Central, vol. 2, núm. 65, pp. 33-61, 2020.

SOUZA, F. C. O. **Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos: A conquista de territórios para agroecologia no Triângulo Mineiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências Agrárias. Araras, 2021.